

RELATÓRIO E CONTAS  
**2013**

Volume 2

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

**RELATÓRIO E CONTAS**  
2013

**Volume 2**

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

## ÍNDICE

### 01 **Demonstrações financeiras**

- 6 **Demonstração dos resultados**
- 7 **Demonstração do rendimento integral**
- 8 **Balanço**
- 9 **Demonstração das alterações no capital próprio**
- 10 **Demonstração dos fluxos de caixa**

### 02 **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

- 12 **II.1 Políticas contabilísticas**
- 32 **II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas**
- 36 **II.3 Segmentos Operacionais**
- 38 **II.4 Notas à demonstração dos resultados**
  - 38 Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro
  - 39 Nota 2 – Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços
  - 40 Nota 3 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro
  - 41 Nota 4 – Variação da provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas de resseguro
  - 42 Nota 5 – Custos e gastos de exploração líquidos
  - 43 Nota 6 – Rendimentos
  - 43 Nota 7 – Gastos financeiros
  - 43 Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
  - 44 Nota 9 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
  - 44 Nota 10 – Diferenças de câmbio
  - 44 Nota 11 – Imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e variação de outras provisões
  - 45 Nota 12 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro
  - 45 Nota 13 – Custos e gastos por natureza a imputar
- 47 **II.5 Notas ao balanço**
  - 47 Nota 14 – Caixa e seus equivalentes
  - 47 Nota 15 – Ativos financeiros detidos para negociação
  - 48 Nota 16 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
  - 49 Nota 17 – Ativos financeiros disponíveis para venda
  - 49 Nota 18 – Empréstimos e contas a receber
  - 50 Nota 19 – Investimentos a deter até à maturidade

51	Nota 20 – Terrenos e edifícios de rendimento
51	Nota 21 – Outros ativos tangíveis
52	Nota 22 – Goodwill e outros ativos intangíveis
53	Nota 23 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro
56	Nota 24 – Benefícios a empregados
61	Nota 25 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
61	Nota 26 – Impostos correntes e Impostos diferidos
64	Nota 27 – Acréscimos e diferimentos
64	Nota 28 – Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
64	Nota 29 – Outros passivos financeiros
64	Nota 30 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
65	Nota 31 – Acréscimos e diferimentos
65	Nota 32 – Outras provisões
<b>66</b>	<b>II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio</b>
66	Nota 33 – Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas
<b>69</b>	<b>II.7 Informação adicional por segmentos operacionais</b>
69	Nota 34 – Conta técnica Não Vida por ramo
70	Nota 35 – Conta técnica Vida por produto
<b>71</b>	<b>II.8 Outras Notas</b>
71	Nota 36 – Transações com partes relacionadas
72	Nota 37 – Ativos sob gestão
72	Nota 38 – Gestão de riscos
95	Nota 39 – Justo valor
96	Nota 40 – Passivos contingentes e compromissos
97	Nota 41 – Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.
97	Nota 42 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de <i>bailout</i>
98	Nota 43 – Normas contabilísticas recentemente emitidas

## 03

### **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

#### **110 Exercício de 2013**

## 04

### **Relatório do Revisor Oficial de Contas**

#### **114 Certificação Legal das Contas**

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Demonstração dos resultados

EUR	Nota	2013				2012			
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	593.632.031	208.165.772	—	801.797.803	285.479.350	204.064.770	—	489.544.120
Prémios brutos emitidos		619.713.526	250.925.606	—	870.639.132	311.346.141	240.245.577	—	551.591.718
Prémios de resseguro cedido		(26.081.495)	(39.285.481)	—	(65.366.976)	(25.866.791)	(36.575.769)	—	(62.442.560)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		—	(4.414.655)	—	(4.414.655)	—	2.891.711	—	2.891.711
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		—	940.302	—	940.302	—	(2.496.749)	—	(2.496.749)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2	62.982.600	—	—	62.982.600	48.535.594	—	—	48.535.594
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3	(835.018.125)	(146.638.883)	—	(981.657.008)	(692.665.508)	(142.121.031)	—	(834.786.539)
Montantes pagos		(814.072.616)	(143.366.055)	—	(957.438.671)	(712.549.480)	(139.235.134)	—	(851.784.614)
Montantes brutos		(827.700.399)	(151.199.698)	—	(978.900.097)	(726.801.369)	(148.685.280)	—	(875.486.649)
Parte dos resseguradores		13.627.783	7.833.643	—	21.461.426	14.251.889	9.450.146	—	23.702.035
Provisão para sinistros (variação)		(20.945.509)	(3.272.828)	—	(24.218.337)	19.883.972	(2.885.897)	—	16.998.075
Montantes brutos		(20.602.815)	(3.362.843)	—	(23.965.658)	20.103.828	(2.478.032)	—	17.625.796
Parte dos resseguradores		(342.694)	90.015	—	(252.679)	(219.856)	(407.865)	—	(627.721)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	—	(250.555)	—	(250.555)	—	(397.090)	—	(397.090)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4	268.942.081	—	—	268.942.081	433.485.820	—	—	433.485.820
Montante bruto		268.870.488	—	—	268.870.488	433.565.396	—	—	433.565.396
Parte dos resseguradores		71.593	—	—	71.593	(79.576)	—	—	(79.576)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	(40.289.647)	(395.608)	—	(40.685.255)	(44.874.233)	(462.000)	—	(45.336.233)
Custos e gastos de exploração líquidos	5	(64.881.675)	(46.123.105)	—	(111.004.780)	(53.764.441)	(47.324.620)	—	(101.089.061)
Custos de aquisição		(55.874.525)	(35.569.139)	—	(91.443.664)	(45.833.339)	(35.246.531)	—	(81.079.870)
Custos de aquisição diferidos (variação)		—	468.013	—	468.013	—	(183.484)	—	(183.484)
Gastos administrativos		(19.189.721)	(22.745.541)	—	(41.935.262)	(17.571.895)	(23.898.695)	—	(41.470.590)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		10.182.571	11.723.562	—	21.906.133	9.640.793	12.004.090	—	21.644.883
Rendimentos	6	144.235.101	4.504.156	9.731.442	158.470.699	150.489.232	4.142.487	15.061.686	169.693.405
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		144.235.101	4.504.156	9.731.442	158.470.699	150.489.232	4.142.487	15.061.686	169.693.405
Gastos financeiros	7	(15.772.951)	(1.045.117)	(404.618)	(17.222.686)	(17.974.167)	(835.401)	(416.249)	(19.225.817)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(15.772.951)	(1.045.117)	(404.618)	(17.222.686)	(17.289.059)	(835.401)	(416.249)	(18.540.709)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		—	—	—	—	(685.108)	—	—	(685.108)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	19.712.055	57.391	3.518.391	23.287.837	11.866.170	(99.059)	32.283	11.799.394
De ativos disponíveis para venda		19.714.924	57.391	3.517.368	23.289.683	11.866.170	(99.059)	32.283	11.799.394
De investimentos detidos até à maturidade		(2.869)	—	1.023	(1.846)	—	—	—	—
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	9	(3.252.842)	117.546	1.137.712	(1.997.584)	2.087.614	—	4.881.778	6.969.392
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		124.275.910	—	—	124.275.910	313.352.713	—	—	313.352.713
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(127.528.752)	117.546	1.137.712	(126.273.494)	(311.265.099)	—	4.881.778	(306.383.321)
Diferenças de câmbio	10	75.119	—	—	75.119	132.441	—	—	132.441
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	11	(17.308.016)	—	(926.478)	(18.234.494)	(76.801)	—	(1.914.844)	(1.991.645)
De ativos disponíveis para venda		(5.625.901)	—	—	(5.625.901)	(76.801)	—	—	(76.801)
De investimentos detidos até à maturidade		(11.682.115)	—	(139.641)	(11.821.756)	—	—	—	—
De outros		—	—	(786.837)	(786.837)	—	—	(1.914.844)	(1.914.844)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12	(21.865.271)	122.478	—	(21.742.793)	(23.071.954)	116.529	—	(22.955.425)
Outras provisões (variação)	11	—	—	150.000	150.000	—	—	320.000	320.000
Outros rendimentos/gastos	12	—	—	3.003.545	3.003.545	—	—	4.195.907	4.195.907
<b>Resultado líquido antes de impostos</b>		<b>91.190.460</b>	<b>18.514.075</b>	<b>16.209.994</b>	<b>125.914.529</b>	<b>99.649.117</b>	<b>17.084.585</b>	<b>22.160.561</b>	<b>138.894.263</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	26	—	—	(43.621.879)	(43.621.879)	—	—	(28.951.969)	(28.951.969)
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	26	—	—	602.977	602.977	—	—	(15.761.230)	(15.761.230)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>91.190.460</b>	<b>18.514.075</b>	<b>(26.808.908)</b>	<b>82.895.627</b>	<b>99.649.117</b>	<b>17.084.585</b>	<b>(22.552.638)</b>	<b>94.181.064</b>

## Demonstração do rendimento integral

EUR	2013	2012
<b>Itens que poderão ser reclassificados para resultados</b>		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	90.684.847	448.149.228
Impostos correntes e diferidos	(28.215.271)	(138.449.997)
	<b>62.469.576</b>	<b>309.699.231</b>
Participação nos resultados a atribuir ("shadow"), bruto	(3.010.369)	–
Impostos correntes	948.266	–
	(2.062.103)	–
	<b>60.407.473</b>	<b>309.699.231</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para resultados</b>		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	(1.607.102)	(2.313.747)
	<b>(1.607.102)</b>	<b>(2.313.747)</b>
<b>Total outro rendimento integral</b>	<b>58.800.371</b>	<b>307.385.484</b>
Resultado líquido do exercício	82.895.627	94.181.064
<b>Total do rendimento integral do ano</b>	<b>141.695.998</b>	<b>401.566.548</b>



## Balanço

EUR	Nota	2013	2012	01/01/2012
Caixa e seus equivalentes	14	260.222.845	139.303.695	213.549.355
Ativos financeiros detidos para negociação	15	189.374.495	209.580.274	98.527.808
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16	5.072.840.751	5.506.155.071	4.635.086.256
Ativos disponíveis para venda	17	4.630.976.654	4.345.681.771	4.525.172.465
Empréstimos e contas a receber	18	472.198.695	511.694.670	769.753.833
Outros depósitos		472.198.695	511.694.670	769.753.833
Investimentos detidos até à maturidade	19	623.044.374	697.845.383	670.543.275
Terrenos e edifícios de rendimento	20	3.428.341	4.656.008	4.879.664
Outros ativos tangíveis	21	1.354.261	1.361.843	1.297.866
Inventários		18.650	18.650	18.650
Goodwill	22	315.740.469	315.740.469	315.740.469
Outros ativos intangíveis	22	169.114.777	191.519.840	215.037.765
Provisões técnicas de resseguro cedido	23	19.227.377	18.468.161	21.672.208
Provisão para prémios não adquiridos		8.575.979	7.635.677	10.132.426
Provisão matemática do ramo vida		841.108	769.515	849.091
Provisão para sinistros		9.810.290	10.062.969	10.690.691
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	26.482.419	27.495.080	37.416.649
Contas a receber por operações de seguro direto		17.194.939	15.473.551	14.371.789
Contas a receber por outras operações de resseguro		6.111.673	8.012.820	9.924.114
Contas a receber por outras operações		3.175.807	4.008.709	13.120.746
Ativos por impostos	26	38.106.468	47.009.079	163.714.215
Ativos por impostos correntes		26.829.612	24.756.596	26.421.656
Ativos por impostos diferidos		11.276.856	22.252.483	137.292.559
Acréscimos e diferimentos	27	2.161.964	1.743.604	1.900.509
<b>Total ativo</b>		<b>11.824.292.540</b>	<b>12.018.273.598</b>	<b>11.674.310.987</b>
Provisões técnicas	23	4.471.475.701	4.675.333.789	5.091.130.205
Provisão para prémios não adquiridos		39.746.737	35.800.096	38.508.323
Provisão matemática do ramo vida		4.221.210.800	4.453.507.130	4.844.968.796
Provisão para sinistros		157.235.261	133.850.773	152.455.830
De vida		56.503.401	35.899.587	56.089.209
De acidentes de trabalho		22.263.715	23.022.501	20.986.230
De outros ramos		78.468.145	74.928.685	75.380.391
Provisão para participação nos resultados		47.798.369	46.941.812	50.360.368
Provisão para desvios de sinistralidade		478.207	885.923	825.902
Provisão para riscos em curso		5.006.327	4.348.055	4.010.986
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	28	5.616.776.023	5.786.791.790	5.266.382.493
Outros passivos financeiros	29	14.302.060	13.485.536	228.135.652
Depósitos recebidos de resseguradores		14.302.060	13.485.536	15.611.083
Outros		—	—	212.524.569
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24	4.785.011	4.229.192	2.940.599
Outros credores por operações de seguros e outras operações	30	189.275.111	47.685.239	55.845.546
Contas a pagar por operações de seguro direto		24.221.200	11.434.722	20.577.867
Contas a pagar por outras operações de resseguro		9.535.571	4.778.913	7.581.069
Contas a pagar por outras operações		155.518.340	31.471.604	27.686.610
Passivos por impostos	26	65.505.766	130.979.303	69.525.771
Passivos por impostos correntes		13.941.247	76.997.874	8.475.925
Passivos por impostos diferidos		51.564.519	53.981.429	61.049.846
Acréscimos e diferimentos	31	11.236.473	12.965.392	14.705.241
Outras Provisões	32	7.731.836	5.294.797	5.703.467
<b>Total passivo</b>		<b>10.381.087.981</b>	<b>10.676.765.038</b>	<b>10.734.368.974</b>
Capital		1.000.002.375	1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas de reavaliação		(58.598.994)	(146.273.472)	(594.422.700)
Reserva por impostos diferidos e correntes		(14.417.137)	12.849.868	151.299.865
Outras reservas		(1.220.355)	(472.318)	1.371.186
Resultados transitados		434.543.043	381.221.043	381.691.287
Resultado do exercício		82.895.627	94.181.064	—
<b>Total capital próprio</b>	33	<b>1.443.204.559</b>	<b>1.341.508.560</b>	<b>939.942.013</b>
<b>Total passivo e capital próprio</b>		<b>11.824.292.540</b>	<b>12.018.273.598</b>	<b>11.674.310.987</b>
<b>Resultados por ação</b>		<b>0,4</b>	<b>0,5</b>	<b>0,1</b>



## Demonstração das alterações no capital próprio

EUR	Capital	Reservas de Reavaliação			Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
<b>Saldos 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.000.002.375</b>	<b>(594.422.700)</b>	<b>151.299.865</b>	<b>(443.122.835)</b>	<b>7.717.054</b>	<b>365.278.815</b>	<b>16.412.472</b>	<b>946.287.881</b>
Alteração de política contábilística para o reconhecimento dos ganhos / (perdas) atuariais (nota24)	—	—	—	—	(6.345.868)	—	—	(6.345.868)
<b>Saldos 01 de janeiro de 2012</b>	<b>1.000.002.375</b>	<b>(594.422.700)</b>	<b>151.299.865</b>	<b>(443.122.835)</b>	<b>1.371.186</b>	<b>365.278.815</b>	<b>16.412.472</b>	<b>939.942.013</b>
Transferência de resultados	—	—	—	—	470.243	15.942.229	(16.412.472)	—
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	—	448.149.228	(138.449.997)	309.699.231	—	—	—	309.699.231
Ganhos /(perdas) atuariais, líquidos	—	—	—	—	(2.313.747)	—	—	(2.313.747)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	94.181.064	94.181.064
<b>Saldos 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.000.002.375</b>	<b>(146.273.472)</b>	<b>12.849.868</b>	<b>(133.423.604)</b>	<b>(472.318)</b>	<b>381.221.044</b>	<b>94.181.064</b>	<b>1.341.508.561</b>
Transferência de resultados	—	—	—	—	370.370	93.810.694	(94.181.064)	—
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	—	90.684.847	(28.215.271)	62.469.576	—	—	—	62.469.576
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow"), líquida	—	(3.010.369)	948.266	(2.062.103)	—	—	—	(2.062.103)
Ganhos /(perdas) atuariais, líquidos	—	—	—	—	(1.118.407)	(488.695)	—	(1.607.102)
Dividendos pagos	—	—	—	—	—	(40.000.000)	—	(40.000.000)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	82.895.627	82.895.627
<b>Saldos 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.000.002.375</b>	<b>(58.598.994)</b>	<b>(14.417.137)</b>	<b>(73.016.131)</b>	<b>(1.220.355)</b>	<b>434.543.043</b>	<b>82.895.627</b>	<b>1.443.204.559</b>

## 01

Demonstrações  
financeiras  
consolidadas

## Demonstração dos fluxos de caixa

EUR	2013	2012
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	82.895.627	94.181.064
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	23.700.173	25.313.392
Variação nas provisões técnicas	(203.858.088)	(415.796.416)
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	(170.015.767)	520.409.297
Variação de provisões	2.437.039	(408.670)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(759.216)	3.204.047
Imparidade de ativos disponíveis para venda	5.625.901	76.801
Imparidade de propriedades de investimento	1.020.746	—
Imparidade de investimentos a deter até à maturidade	11.821.756	—
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(233.909)	1.914.844
Variação nos impostos diferidos ativos / passivos	(56.570.926)	178.158.668
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	20.205.779	(111.052.466)
Empréstimos concedidos e contas a receber	39.495.975	258.059.163
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1.246.570	8.006.725
Outros ativos e passivos	(3.198.561)	(2.608.098)
Outros passivos financeiros	816.524	(214.650.116)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	141.589.872	(8.160.307)
	<b>(103.780.505)</b>	<b>336.647.928</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
Variações nos ativos financeiros ao justo valor através de resultados	433.314.320	(871.068.815)
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	(230.513.311)	489.113.123
Variações nos ativos financeiros detidos até à maturidade	62.979.253	(27.302.108)
Aquisições /(vendas) de ativos tangíveis e intangíveis	(1.080.607)	(1.635.788)
	<b>264.699.655</b>	<b>(410.893.588)</b>
<b>Dividendos pagos</b>	<b>(40.000.000)</b>	—
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>120.919.150</b>	<b>(74.245.660)</b>
Caixa e equivalentes no início do período	139.303.695	213.549.355
<b>Caixa e equivalentes no final do período</b>	<b>260.222.845</b>	<b>139.303.695</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS  
ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

## II.1 Políticas contabilísticas

### a) Bases de apresentação

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Ageas' ou 'Grupo'), é uma sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Ageas (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%).

A Sociedade tem por objetivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em dezembro de 2004, permitindo a efetivação do contrato. As ações foram legalmente transferidas em janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07") emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007 de 27 de abril de 2007, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de dezembro e a Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

A partir de 1 de janeiro de 2013, o Grupo adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. A principal alteração com impacto na posição financeira do Grupo resultou na extinção do método do corredor. Pela aplicação deste método, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos, que excediam 10% do mais elevado entre o valor atual das responsabilidades ou o justo valor dos ativos do fundo, eram reconhecidos em resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada para os empregados no ativo. Com a extinção do corredor, os ganhos e perdas atuariais do ano são atualmente reconhecidos em reservas.

De acordo com a IAS 8, esta alteração de política contabilística é apresentada para efeitos comparativos desde 1 de janeiro de 2012. Deste modo, o montante total de ganhos e perdas atuariais diferidos a essa data foram transferidos para capital (ver notas 24, 33 e 43).

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 26 de fevereiro de 2014.

Em 2013, o Grupo adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a 1 de janeiro de 2013, como referido na nota 43.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente a todas as empresas do Grupo e para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

## **b) Bases de consolidação**

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. ('Companhia mãe') incluem as contas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., e das suas subsidiárias ("Grupo").

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

## Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não concorda no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por partes adicionais ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação eram as seguintes:

<b>SUBSIDIÁRIAS</b>	<b>% de participação</b>	<b>Atividade económica</b>
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	100%	Seguros
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	100%	Seguros de vida
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos Pensões, S.A.	100%	Gestão de fundos de pensões
Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	100%	Seguros de saúde

## Goodwill e VOBA

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos diretamente atribuíveis à aquisição, para aquisições ocorridas até 31 de dezembro de 2009.

Após 1 de janeiro de 2010, o registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser diretamente imputados a resultados.

O “goodwill” positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O “goodwill” resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

O “goodwill” resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional da situação patrimonial adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o “goodwill” apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do “goodwill” das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Até 31 de dezembro de 2009, os preços de aquisição contingentes eram determinados com base na melhor estimativa de pagamentos prováveis podendo as alterações posteriores ser registadas por contrapartida de “goodwill”. Após 1 de janeiro de 2010, o “goodwill” não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired – VOBA*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O VOBA corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

### **Saldos e transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.



## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

### c) Contratos de seguro e de investimento

#### Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

#### Reconhecimento e mensuração

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pelo Grupo que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros.

Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pelo Grupo são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço. O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os investimentos *unit linked* dizem respeito a contratos ligados a fundos de investimento coletivo *unit linked* subscritos através de unidades de participação, sendo a totalidade dos rendimentos dos respetivos fundos autónomos atribuíveis ao tomador de seguro. Os investimentos são valorizados ao justo valor através de resultados. Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

#### **d) Custos de aquisição**

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

#### **e) Provisões técnicas**

##### **Provisão matemática do ramo Vida**

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

##### **Provisão para sinistros**

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não

## 02

### Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

reportados é estimada pelo Grupo com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho.

#### **Provisão para participação nos resultados**

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

#### **Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

#### **Teste de adequação das responsabilidades**

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

#### **Provisão para desvio de sinistralidade**

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

#### **Provisão para participação nos resultados a atribuir ("Shadow accounting")**

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação

nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

## **f) Ativos financeiros**

### **Classificação**

A Millenniumbcp Ageas classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- › Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados – Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.
- › Ativos financeiros detidos até à maturidade – Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados, no momento do seu reconhecimento inicial, para nenhuma outra categoria de activos financeiros.
- › Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.
- › Ativos financeiros disponíveis para venda – Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- › Empréstimos concedidos e contas a receber – Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

### **Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento**

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros a deter até à maturidade, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

## 02

### Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre estes ativos.

#### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade e os empréstimos concedidos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, líquidos de eventuais imparidades reconhecidas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### Reclassificação entre categorias

O Grupo apenas reclassifica ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros a

deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efetuadas ao justo valor dos ativos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efetiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efetiva.

Em 2011, o Grupo adotou esta possibilidade para um grupo de ativos financeiros, tal como divulgado na nota 19.

## Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respetivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística do Grupo, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Nos ativos a deter até à maturidade, a perda por imparidade é mensurada pela diferença entre o valor de balanço dos ativos e o valor atual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período remanescente), descontados à taxa de juro efetiva original, sendo reconhecida em resultados. Para os ativos a deter até à maturidade se, num período subsequente, o montante de perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

## 02

### Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

#### Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

#### g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

#### h) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



### **i) Acordos de recompra**

Os investimentos vendidos com acordo de recompra a um preço previamente definido não são desreconhecidos e são reavaliados de acordo com a política contábilística para outros ativos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registrada em juros e proveitos ou custos equiparados.

### **j) Resseguro**

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Millenniumbcp Ageas aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem maioritariamente saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor bruto, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contábilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

### **k) Operações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

### 1) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### **m) Ativos intangíveis**

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired – VOBA*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VOBA corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo enquanto estiverem diretamente afetados aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

### **n) Propriedades de investimento**

O Grupo classifica como propriedades de investimento os edifícios arrendados.

As propriedades de investimento do Grupo encontram-se valorizadas ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

## 02

### Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

#### **o) Locações**

A Millenniumbcp Ageas classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

##### **Locações operacionais**

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

##### **Locações financeiras – como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

#### **p) Caixa e disponibilidades**

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

#### **q) Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

## r) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

## s) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- › Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- › Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

## t) Benefícios aos empregados

### Plano de benefício definido

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, o Grupo é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, o Grupo assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, a Millenniumbcp Ageas aprovou as seguintes decisões: (i) em 1 de outubro de 2012, corte do plano, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011, e; (ii) em 1 de outubro de 2013, liquidação do plano, com a extinção da respectiva responsabilidade.

Os benefícios previstos no plano de pensões base são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT. Os benefícios complementares são atribuídos de acordo com o plano de pensões do Grupo.

As obrigações com pensões de reforma do Grupo estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pelo Grupo, em 31 Dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. O cálculo é revisto por atuários independentes qualificados. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

O Grupo determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (ativo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (ativo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (ativo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efetuadas ou benefícios pagos. Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno teórico dos ativos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas atuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos atuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno teórico dos ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

O Grupo reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

A partir de 1 de janeiro de 2013, o Grupo adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. A principal alteração com impacto na posição financeira do Grupo resultou na extinção do método do corredor. Pela aplicação deste método, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos, que excediam 10% do mais elevado entre o valor atual das responsabilidades ou o justo valor dos ativos do fundo, eram reconhecidos em resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada para os empregados no ativo. Com

a extinção do corredor, os ganhos e perdas atuariais do ano são actualmente reconhecidos em reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração de política contabilística é apresentada para efeitos comparativos desde 1 de janeiro de 2012. Deste modo, o montante total de ganhos e perdas atuariais diferidos a essa data foram transferidos para reservas.

O plano é financiado anualmente com contribuições do Grupo para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte o Grupo avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

### **Plano de contribuição definida**

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

### **Benefícios de saúde**

O Grupo assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador no Grupo até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades do Grupo com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

### **Bónus**

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

### **Sistema de incentivos baseado em ações**

À data de 31 de dezembro de 2013, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

## **u) Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos



## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

## v) Segmentos operacionais

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos de operacionais.

O Grupo encontra-se estruturado de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- › Vida e Pensões
- › Não Vida

No que respeita ao segmento Seguros de Vida e Pensões, a informação encontra-se desagregada pelas seguintes linhas de negócio: i) contratos de seguro: vida tradicional, ii) contratos de investimento (no âmbito do IFRS 4): contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e

iii) contratos de investimento (no âmbito do IAS 39): contratos *unit-linked*. O sub-segmento Pensões está relacionado com a gestão de fundos de pensões, não tendo impacto na margem técnica do negócio de seguros do segmento.

O segmento Seguros Não Vida, inclui as seguintes linhas de negócio: Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel e Outras linhas de negócio.

## **x) Resultados por ação**

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

## II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

### Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados, (3) teste de adequação das responsabilidades, (4) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas e (5) provisão para participação nos resultados a atribuir.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as

coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores. Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

### **Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos a justo valor**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### **Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda**

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos ativos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo

## 02

### Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

de aquisição é considerado pelo Grupo como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objetiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

### **Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

### **Imparidade dos ativos de longo prazo**

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

### **Impostos sobre os lucros**

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro anos ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação

fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## **Goodwill**

O montante recuperável do goodwill reconhecido como um ativo no Grupo é revisto anualmente, independentemente da existência de indícios de perdas por imparidade.

Para este efeito, o valor contabilístico das unidades de negócio do Grupo com goodwill associado é comparado com o respetivo valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade quando o valor contabilístico da unidade de negócio excede o seu valor recuperável.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o valor recuperável é determinado com base nos *cash flows*/ dividendos previsionais, descontados a uma taxa de desconto que inclua um prémio de risco apropriado à unidade de negócio testada.

Alterações nos *cash flows* previsionais e na taxa de desconto podem conduzir a conclusões diferentes das consideradas na preparação destas demonstrações financeiras.

## II.3 Segmentos Operacionais

### Demonstração dos resultados

	2013			2012		
	Vida e Pensões	Não-vida	Total	Vida e Pensões	Não-vida	Total
EUR						
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	593.632.031	208.165.772	801.797.803	285.479.350	204.064.770	489.544.120
Prêmios brutos emitidos	619.713.526	250.925.606	870.639.132	311.346.141	240.245.577	551.591.718
Prêmios de resseguro cedido	(26.081.495)	(39.285.481)	(65.366.976)	(25.866.791)	(36.575.769)	(62.442.560)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	—	(4.414.655)	(4.414.655)	—	2.891.711	2.891.711
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	—	940.302	940.302	—	(2.496.749)	(2.496.749)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	62.982.600	—	62.982.600	48.535.594	—	48.535.594
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(835.018.125)	(146.638.883)	(981.657.008)	(692.665.508)	(142.121.031)	(834.786.539)
Montantes pagos	(814.072.616)	(143.366.055)	(957.438.671)	(712.549.480)	(139.235.134)	(851.784.614)
Montantes brutos	(827.700.399)	(151.199.698)	(978.900.097)	(726.801.369)	(148.685.280)	(875.486.649)
Parte dos resseguradores	13.627.783	7.833.643	21.461.426	14.251.889	9.450.146	23.702.035
Provisão para sinistros (variação)	(20.945.509)	(3.272.828)	(24.218.337)	19.883.972	(2.885.897)	16.998.075
Montantes brutos	(20.602.815)	(3.362.843)	(23.965.658)	20.103.828	(2.478.032)	17.625.796
Parte dos resseguradores	(342.694)	90.015	(252.679)	(219.856)	(407.865)	(627.721)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	—	(250.555)	(250.555)	—	(397.090)	(397.090)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	268.942.081	—	268.942.081	433.485.820	—	433.485.820
Montante bruto	268.870.488	—	268.870.488	433.565.396	—	433.565.396
Parte dos resseguradores	71.593	—	71.593	(79.576)	—	(79.576)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(40.289.647)	(395.608)	(40.685.255)	(44.874.233)	(462.000)	(45.336.233)
Custos e gastos de exploração líquidos	(64.881.675)	(46.123.105)	(111.004.780)	(53.764.441)	(47.324.620)	(101.089.061)
Custos de aquisição	(55.874.525)	(35.569.139)	(91.443.664)	(45.833.339)	(35.246.531)	(81.079.870)
Custos de aquisição diferidos (variação)	—	468.013	468.013	—	(183.484)	(183.484)
Gastos administrativos	(19.189.721)	(22.745.541)	(41.935.262)	(17.571.895)	(23.898.695)	(41.470.590)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	10.182.571	11.723.562	21.906.133	9.640.793	12.004.090	21.644.883
Rendimentos	153.362.862	5.107.837	158.470.699	164.804.428	4.888.977	169.693.405
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	153.362.862	5.107.837	158.470.699	164.804.428	4.888.977	169.693.405
Gastos financeiros	(16.067.062)	(1.155.624)	(17.222.686)	(18.280.772)	(945.045)	(19.225.817)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(16.067.062)	(1.155.624)	(17.222.686)	(17.595.664)	(945.045)	(18.540.709)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	—	—	—	(685.108)	—	(685.108)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	23.155.912	131.925	23.287.837	12.063.331	(263.937)	11.799.394
De ativos disponíveis para venda	23.157.758	131.925	23.289.683	12.063.331	(263.937)	11.799.394
De investimentos detidos até à maturidade	(1.846)	—	(1.846)	—	—	—
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(2.115.131)	117.547	(1.997.584)	6.969.392	—	6.969.392
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	124.275.910	—	124.275.910	313.352.713	—	313.352.713
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(126.391.041)	117.547	(126.273.494)	(306.383.321)	—	(306.383.321)
Diferenças de câmbio	75.119	—	75.119	132.441	—	132.441
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(18.488.175)	253.681	(18.234.494)	(61.590)	(1.930.055)	(1.991.645)
De ativos disponíveis para venda	(5.625.901)	—	(5.625.901)	(76.801)	—	(76.801)
De investimentos detidos até à maturidade	(11.821.756)	—	(11.821.756)	—	—	—
De outros	(1.040.518)	253.681	(786.837)	15.211	(1.930.055)	(1.914.844)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(21.865.271)	122.478	(21.742.793)	(23.071.954)	116.529	(22.955.425)
Outras provisões (variação)	150.000	—	150.000	—	320.000	320.000
Outros rendimentos/gastos	3.790.301	(786.756)	3.003.545	4.140.964	54.943	4.195.907
<b>Resultado líquido antes de impostos</b>	<b>107.365.820</b>	<b>18.548.709</b>	<b>125.914.529</b>	<b>122.892.822</b>	<b>16.001.441</b>	<b>138.894.263</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	(37.680.379)	(5.941.500)	(43.621.879)	(22.304.112)	(6.647.857)	(28.951.969)
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	600.845	2.132	602.977	(17.205.261)	1.444.031	(15.761.230)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>70.286.286</b>	<b>12.609.341</b>	<b>82.895.627</b>	<b>83.383.449</b>	<b>10.797.615</b>	<b>94.181.064</b>



## Balanço

EUR	2013				2012			
	Vida	Não-Vida	ICO	Total	Vida	Não-Vida	ICO	Total
Caixa e seus equivalentes	238.861.921	21.360.924	—	260.222.845	121.995.084	17.308.611	—	139.303.695
Ativos financeiros detidos para negociação	189.374.495	—	—	189.374.495	209.580.274	—	—	209.580.274
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5.069.233.899	3.606.852	—	5.072.840.751	5.506.155.071	—	—	5.506.155.071
Ativos disponíveis para venda	4.445.663.869	185.312.785	—	4.630.976.654	4.157.875.053	187.806.718	—	4.345.681.771
Empréstimos e contas a receber	441.175.496	31.023.199	—	472.198.695	480.122.735	31.571.935	—	511.694.670
Outros depósitos	441.175.496	31.023.199	—	472.198.695	480.122.735	31.571.935	—	511.694.670
Investimentos detidos até à maturidade	623.044.374	—	—	623.044.374	697.845.383	—	—	697.845.383
Terrenos e edifícios de rendimento	3.428.341	—	—	3.428.341	4.656.008	—	—	4.656.008
Outros ativos tangíveis	1.233.988	120.273	—	1.354.261	1.230.954	130.889	—	1.361.843
Inventários	—	18.650	—	18.650	—	18.650	—	18.650
Goodwill	247.487.477	68.252.992	—	315.740.469	247.487.477	68.252.992	—	315.740.469
Outros ativos intangíveis	168.926.663	188.114	—	169.114.777	191.519.840	—	—	191.519.840
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.320.494	17.906.883	—	19.227.377	1.591.595	16.876.566	—	18.468.161
Provisão para prémios não adquiridos	—	8.575.979	—	8.575.979	—	7.635.677	—	7.635.677
Provisão matemática do ramo vida	841.108	—	—	841.108	769.515	—	—	769.515
Provisão para sinistros	479.386	9.330.904	—	9.810.290	822.080	9.240.889	—	10.062.969
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	5.385.550	44.396.869	(23.300.000)	26.482.419	4.557.764	63.437.316	(40.500.000)	27.495.080
Contas a receber por operações de seguro direto	3.335.852	13.859.087	—	17.194.939	2.601.295	12.872.256	—	15.473.551
Contas a receber por outras operações de resseguro	—	6.111.673	—	6.111.673	67.402	7.945.418	—	8.012.820
Contas a receber por outras operações	2.049.698	24.426.109	(23.300.000)	3.175.807	1.889.067	42.619.642	(40.500.000)	4.008.709
Ativos por impostos	33.323.335	4.783.133	—	38.106.468	41.797.896	5.211.183	—	47.009.079
Ativos por impostos correntes	26.829.612	—	—	26.829.612	24.756.596	—	—	24.756.596
Ativos por impostos diferidos	6.493.723	4.783.133	—	11.276.856	17.041.300	5.211.183	—	22.252.483
Acréscimos e diferimentos	65.748	2.096.216	—	2.161.964	244.358	1.499.246	—	1.743.604
<b>Total ativo</b>	<b>11.468.525.650</b>	<b>379.066.890</b>	<b>(23.300.000)</b>	<b>11.824.292.540</b>	<b>11.666.659.492</b>	<b>392.114.106</b>	<b>(40.500.000)</b>	<b>12.018.273.598</b>
Provisões técnicas	4.324.812.511	146.663.190	—	4.471.475.701	4.535.643.988	139.689.801	—	4.675.333.789
Provisão para prémios não adquiridos	—	39.746.737	—	39.746.737	—	35.800.096	—	35.800.096
Provisão matemática do ramo vida	4.221.210.800	—	—	4.221.210.800	4.453.507.130	—	—	4.453.507.130
Provisão para sinistros	56.503.401	100.731.860	—	157.235.261	35.899.587	97.951.186	—	133.850.773
De vida	56.503.401	—	—	56.503.401	35.899.587	—	—	35.899.587
De acidentes de trabalho	—	22.263.715	—	22.263.715	—	23.022.501	—	23.022.501
De outros ramos	—	78.468.145	—	78.468.145	—	74.928.685	—	74.928.685
Provisão para participação nos resultados	47.098.310	700.059	—	47.798.369	46.237.271	704.541	—	46.941.812
Provisão para desvios de sinistralidade	—	478.207	—	478.207	—	885.923	—	885.923
Provisão para riscos em curso	—	5.006.327	—	5.006.327	—	4.348.055	—	4.348.055
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5.616.776.023	—	—	5.616.776.023	5.786.791.790	—	—	5.786.791.790
Outros passivos financeiros	8.428.131	5.873.929	—	14.302.060	8.270.889	5.214.647	—	13.485.536
Depósitos recebidos de resseguradores	8.428.131	5.873.929	—	14.302.060	8.270.889	5.214.647	—	13.485.536
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.201.997	3.583.014	—	4.785.011	1.170.871	3.058.321	—	4.229.192
Outros credores por operações de seguros e outras operações	189.690.493	22.884.618	(23.300.000)	189.275.111	72.710.380	15.474.859	(40.500.000)	47.685.239
Contas a pagar por operações de seguro direto	13.132.359	11.088.841	—	24.221.200	2.695.129	8.739.593	—	11.434.722
Contas a pagar por outras operações de resseguro	3.815.484	5.720.087	—	9.535.571	2.004.777	2.774.136	—	4.778.913
Contas a pagar por outras operações	172.742.650	6.075.690	(23.300.000)	155.518.340	68.010.474	3.961.130	(40.500.000)	31.471.604
Passivos por impostos	60.477.641	5.028.125	—	65.505.766	125.017.556	5.961.747	—	130.979.303
Passivos por impostos correntes	8.913.122	5.028.125	—	13.941.247	71.036.127	5.961.747	—	76.997.874
Passivos por impostos diferidos	51.564.519	—	—	51.564.519	53.981.429	—	—	53.981.429
Acréscimos e diferimentos	6.347.738	4.888.735	—	11.236.473	8.105.195	4.860.197	—	12.965.392
Outras Provisões	4.923.291	2.808.545	—	7.731.836	2.043.629	3.251.168	—	5.294.797
<b>Total passivo</b>	<b>10.212.657.825</b>	<b>191.730.156</b>	<b>(23.300.000)</b>	<b>10.381.087.981</b>	<b>10.539.754.298</b>	<b>177.510.740</b>	<b>(40.500.000)</b>	<b>10.676.765.038</b>
Capital	889.997.375	110.005.000	—	1.000.002.375	889.997.375	110.005.000	—	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	(60.042.209)	1.443.215	—	(58.598.994)	(145.843.224)	(430.248)	—	(146.273.472)
Reserva por impostos diferidos e correntes	(13.991.389)	(425.748)	—	(14.417.137)	12.725.096	124.772	—	12.849.868
Outras reservas	2.023.346	(3.243.701)	—	(1.220.355)	2.195.397	(2.667.715)	—	(472.318)
Resultados transitados	367.594.416	66.948.627	—	434.543.043	284.447.101	96.773.942	—	381.221.043
Resultado do exercício	70.286.286	12.609.341	—	82.895.627	83.383.449	10.797.615	—	94.181.064
<b>Total capital próprio</b>	<b>1.255.867.825</b>	<b>187.336.734</b>	<b>—</b>	<b>1.443.204.559</b>	<b>1.126.905.194</b>	<b>214.603.366</b>	<b>—</b>	<b>1.341.508.560</b>
<b>Total passivo e capital próprio</b>	<b>11.468.525.650</b>	<b>379.066.890</b>	<b>(23.300.000)</b>	<b>11.824.292.540</b>	<b>11.666.659.492</b>	<b>392.114.106</b>	<b>(40.500.000)</b>	<b>12.018.273.598</b>

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

## II.4 Notas à demonstração dos resultados

### Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são analisados como segue:

EUR	2013	2012
Prémios brutos emitidos – Vida	619.713.526	311.346.141
Prémios brutos emitidos – Não Vida	250.925.606	240.245.577
Prémios brutos emitidos	870.639.132	551.591.718
Prémios resseguro cedido – Vida	(26.081.495)	(25.866.791)
Prémios resseguro cedido – Não Vida	(39.285.481)	(36.575.769)
Prémios resseguro cedido	(65.366.976)	(62.442.560)
Variação prémios não adquiridos – Não Vida	(4.414.655)	2.891.711
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido – Não Vida	940.302	(2.496.749)
Variação líquida de prémios não adquiridos – Não Vida	(3.474.353)	394.962
<b>Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Vida</b>	<b>593.632.031</b>	<b>285.479.350</b>
<b>Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Não Vida</b>	<b>208.165.772</b>	<b>204.064.770</b>
<b>Prémios adquiridos, líquidos de resseguro</b>	<b>801.797.803</b>	<b>489.544.120</b>

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como segue:

EUR	2013	2012
Contratos de seguro	181.958.669	172.558.091
Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária	437.754.857	138.788.050
<b>Prémios brutos emitidos (IFRS 4)</b>	<b>619.713.526</b>	<b>311.346.141</b>

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

EUR	2013	2012
Prémios brutos emitidos de seguro direto		
Relativos a contratos individuais	149.697.293	91.668.845
Relativos a contratos de grupo	470.016.233	219.677.296
	<b>619.713.526</b>	<b>311.346.141</b>
Periódicos	228.032.059	247.843.240
Não periódicos	391.681.467	63.502.901
	<b>619.713.526</b>	<b>311.346.141</b>
De contratos sem participação nos resultados	166.948.062	134.789.613
De contratos com participação nos resultados	452.765.463	176.556.528
	<b>619.713.526</b>	<b>311.346.141</b>
Resultado resseguro cedido	<b>(2.542.242)</b>	<b>(2.273.541)</b>

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não Vida são analisados como segue:

EUR	2013		2012	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	174.088.055	171.773.081	167.854.486	170.760.637
Incêndio e outros danos	44.969.912	44.680.636	44.503.584	44.031.312
Automóvel	23.651.232	22.134.583	20.530.173	20.166.935
Outros	8.216.407	7.922.651	7.357.334	8.178.404
<b>Total</b>	<b>250.925.606</b>	<b>246.510.951</b>	<b>240.245.577</b>	<b>243.137.288</b>

Os prémios de resseguro cedido dos ramos Não-Vida são analisados como segue:

EUR	2013		2012	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	14.922.804	14.250.094	11.161.645	13.211.917
Incêndio e outros danos	19.754.259	19.395.621	21.193.592	21.200.907
Automóvel	492.750	492.750	357.750	357.750
Outros	4.115.668	4.206.714	3.862.782	4.301.944
<b>Total</b>	<b>39.285.481</b>	<b>38.345.179</b>	<b>36.575.769</b>	<b>39.072.518</b>

## **Nota 2 – Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços**

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 62.983.000 (2012: Euros 48.536.000), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

### Nota 3 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros do ramo vida são analisados como segue:

EUR	2013			2012		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Sinistros pagos						
Montantes brutos	62.162.436	765.094.877	827.257.313	67.473.113	658.639.899	726.113.012
Parte dos resseguradores	(13.627.783)	—	(13.627.783)	(14.251.889)	—	(14.251.889)
	<b>48.534.653</b>	<b>765.094.877</b>	<b>813.629.530</b>	<b>53.221.224</b>	<b>658.639.899</b>	<b>711.861.123</b>
Variação da provisão para sinistros						
Montantes brutos	9.787.929	10.814.886	20.602.815	(9.148.470)	(10.955.358)	(20.103.828)
Parte dos resseguradores	342.694	—	342.694	219.856	—	219.856
	<b>10.130.623</b>	<b>10.814.886</b>	<b>20.945.509</b>	<b>(8.928.614)</b>	<b>(10.955.358)</b>	<b>(19.883.972)</b>
<b>Total antes custos imputados</b>	<b>58.665.276</b>	<b>775.909.763</b>	<b>834.575.039</b>	<b>44.292.610</b>	<b>647.684.541</b>	<b>691.977.151</b>
Custos com Sinistros (imputados)			443.086			688.357
<b>Total</b>			<b>835.018.125</b>			<b>692.665.508</b>

Os custos com sinistros do ramo não vida são analisados como segue:

EUR	2013				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	106.938.111	21.389.336	13.305.155	104.201	141.736.803
Parte dos resseguradores	(2.702.130)	(5.424.834)	(3.621)	296.942	(7.833.643)
	<b>104.235.981</b>	<b>15.964.502</b>	<b>13.301.534</b>	<b>401.143</b>	<b>133.903.160</b>
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	1.448.840	60.619	1.604.010	249.374	3.362.843
Parte dos resseguradores	1.368.750	(1.390.497)	202.988	(271.256)	(90.015)
	<b>2.817.590</b>	<b>(1.329.878)</b>	<b>1.806.998</b>	<b>(21.882)</b>	<b>3.272.828</b>
<b>Total antes custos imputados</b>	<b>107.053.571</b>	<b>14.634.624</b>	<b>15.108.532</b>	<b>379.261</b>	<b>137.175.988</b>
Custos com Sinistros (imputados)	5.617.229	1.566.577	2.064.024	215.065	9.462.895
<b>Total</b>	<b>112.670.800</b>	<b>16.201.201</b>	<b>17.172.556</b>	<b>594.326</b>	<b>146.638.883</b>

EUR	2012				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	107.107.861	16.313.854	14.259.583	1.134.491	138.815.789
Parte dos resseguradores	(2.235.434)	(6.623.255)	(3.083)	(588.374)	(9.450.146)
	<b>104.872.427</b>	<b>9.690.599</b>	<b>14.256.500</b>	<b>546.117</b>	<b>129.365.643</b>
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	1.461.756	2.581.934	(1.539.655)	(26.003)	2.478.032
Parte dos resseguradores	98.272	(106.415)	(213.662)	629.670	407.865
	<b>1.560.028</b>	<b>2.475.519</b>	<b>(1.753.317)</b>	<b>603.667</b>	<b>2.885.897</b>
<b>Total antes custos imputados</b>	<b>106.432.455</b>	<b>12.166.118</b>	<b>12.503.183</b>	<b>1.149.784</b>	<b>132.251.540</b>
Custos com Sinistros (imputados)	6.005.838	1.497.833	2.153.456	212.364	9.869.491
<b>Total</b>	<b>112.438.293</b>	<b>13.663.951</b>	<b>14.656.639</b>	<b>1.362.148</b>	<b>142.121.031</b>

## Nota 4 – Variação da provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

A variação da provisão matemática e outras provisões técnicas do ramo vida são analisadas como segue:

EUR	2013		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
Variação da provisão matemática	2.546.284	(271.416.772)	(268.870.488)
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(71.593)	–	(71.593)
	<b>2.474.691</b>	<b>(271.416.772)</b>	<b>(268.942.081)</b>
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	5.805.389	34.484.258	40.289.647
<b>Total</b>	<b>8.280.080</b>	<b>(236.932.514)</b>	<b>(228.652.434)</b>

EUR	2012		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
Variação da provisão matemática	(2.358.629)	(431.206.767)	(433.565.396)
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	79.576	–	79.576
	<b>(2.279.053)</b>	<b>(431.206.767)</b>	<b>(433.485.820)</b>
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	6.120.356	38.753.877	44.874.233
<b>Total</b>	<b>3.841.303</b>	<b>(392.452.890)</b>	<b>(388.611.587)</b>

A variação das outras provisões técnicas do ramo não vida é analisada como segue:

EUR	2013				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	–	(408.995)	–	1.278	(407.717)
Variação da provisão para riscos em curso	530.570	(120.803)	356.164	(107.659)	658.272
	<b>530.570</b>	<b>(529.798)</b>	<b>356.164</b>	<b>(106.381)</b>	<b>250.555</b>
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	395.608	–	–	–	395.608
<b>Total</b>	<b>926.178</b>	<b>(529.798)</b>	<b>356.164</b>	<b>(106.381)</b>	<b>646.163</b>

EUR	2012				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	–	60.022	–	–	60.022
Variação da provisão para riscos em curso	156.738	83.004	(11.044)	108.370	337.068
	<b>156.738</b>	<b>143.026</b>	<b>(11.044)</b>	<b>108.370</b>	<b>397.090</b>
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	462.000	–	–	–	462.000
<b>Total</b>	<b>618.738</b>	<b>143.026</b>	<b>(11.044)</b>	<b>108.370</b>	<b>859.090</b>

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

## Nota 5 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo vida são analisados como segue:

EUR	2013			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição – comissões	20.509.914	15.440.053	17.280.144	53.230.111
Custos de aquisição alocados	1.142.150	1.191.062	311.202	2.644.414
Custos administrativos – comissões	9.937	–	–	9.937
Custos administrativos alocados	7.347.489	7.354.843	4.477.452	19.179.784
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(10.182.571)	–	–	(10.182.571)
<b>Total</b>	<b>18.826.919</b>	<b>23.985.958</b>	<b>22.068.798</b>	<b>64.881.675</b>

EUR	2012			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição – comissões	19.491.308	11.164.219	11.975.447	42.630.974
Custos de aquisição alocados	1.533.116	1.493.766	175.483	3.202.365
Custos administrativos – comissões	9.516	–	–	9.516
Custos administrativos alocados	8.092.989	7.862.239	1.607.151	17.562.379
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(9.640.793)	–	–	(9.640.793)
<b>Total</b>	<b>19.486.136</b>	<b>20.520.224</b>	<b>13.758.081</b>	<b>53.764.441</b>

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo não vida são analisados como segue:

EUR	2013				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição – comissões	16.814.696	5.404.963	2.266.735	649.266	25.135.660
Custos de aquisição alocados	6.960.697	1.621.531	1.549.295	301.956	10.433.479
Variação dos custos de aquisição diferidos	(194.112)	(118.277)	(194.336)	38.712	(468.013)
Custos administrativos – comissões	338.209	7.839	7.770	4.049	357.867
Custos administrativos alocados	14.581.473	5.093.411	2.086.312	626.478	22.387.674
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(7.086.902)	(4.373.727)	–	(262.933)	(11.723.562)
<b>Total</b>	<b>31.414.061</b>	<b>7.635.740</b>	<b>5.715.776</b>	<b>1.357.528</b>	<b>46.123.105</b>

EUR	2012				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição – comissões	16.262.327	5.296.674	1.897.314	632.754	24.089.069
Custos de aquisição alocados	7.497.081	1.601.952	1.512.716	545.713	11.157.462
Variação dos custos de aquisição diferidos	319.846	(90.953)	(22.073)	(23.336)	183.484
Custos administrativos – comissões	327.481	6.969	7.406	3.104	344.960
Custos administrativos alocados	15.485.461	5.412.271	2.015.562	640.441	23.553.735
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(4.340.990)	(7.414.248)	–	(248.852)	(12.004.090)
<b>Total</b>	<b>35.551.206</b>	<b>4.812.665</b>	<b>5.410.925</b>	<b>1.549.824</b>	<b>47.324.620</b>

A rubrica custos de aquisição – comissões inclui um montante de Euros 72.493.000 (2012: Euros 60.504.000) relacionados com as comissões pagas ao Grupo Banco Comercial Português, S.A., de acordo com os termos do contrato de distribuição estabelecido com a Millenniumbcp Ageas.

## Nota 6 – Rendimentos

Os juros, os dividendos e outros rendimentos similares são analisados como se segue:

EUR	2013	2012
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	117.984.316	135.332.405
Rendimentos de ativos financeiros detidos até à maturidade	29.606.643	30.234.058
Rendimentos de depósitos bancários	10.879.740	4.126.942
<b>Total</b>	<b>158.470.699</b>	<b>169.693.405</b>

## Nota 7 – Gastos financeiros

Os gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondem aos custos operacionais imputados à função investimentos, no montante de Euros 17.223.000 (2012: Euros 18.541.000).

Em 2012 os gastos financeiros de juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, no montante de Euros 685.000, correspondiam ao custo dos juros relativos aos contratos de recompra de obrigações (REPO) estabelecidos com o Banco Comercial Português, S.A., que maturaram em março de 2012. Em 2013 não existem acordos de REPO em vigor (ver nota 36).

## Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

EUR	2013			2012		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	14.672.498	(10.592.332)	4.080.166	6.363.694	(402.691)	5.961.003
Obrigações de outros emissores	20.509.817	(4.438.709)	16.071.108	10.988.473	(5.709.452)	5.279.021
Ações	5.226.446	(2.088.037)	3.138.409	1.863.435	(1.304.065)	559.370
<b>De investimentos disponíveis para venda</b>	<b>40.408.761</b>	<b>(17.119.078)</b>	<b>23.289.683</b>	<b>19.215.602</b>	<b>(7.416.208)</b>	<b>11.799.394</b>
<b>De investimentos a deter até à maturidade</b>	<b>1.229</b>	<b>(3.075)</b>	<b>(1.846)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total</b>	<b>40.409.990</b>	<b>(17.122.153)</b>	<b>23.287.837</b>	<b>19.215.602</b>	<b>(7.416.208)</b>	<b>11.799.394</b>

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

## Nota 9 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

EUR	2013			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	11.250.131	(15.350.718)	128.376.497	124.275.910
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	735.793.737	(516.859.726)	(345.207.505)	(126.273.494)
<b>Total</b>	<b>747.043.868</b>	<b>(532.210.444)</b>	<b>(216.831.008)</b>	<b>(1.997.584)</b>

EUR	2012			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	4.331.133.248	(4.230.218.463)	212.437.928	313.352.713
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	667.376.447	(36.803.626)	(936.956.142)	(306.383.321)
<b>Total</b>	<b>4.998.509.695</b>	<b>(4.267.022.089)</b>	<b>(724.518.214)</b>	<b>6.969.392</b>

Os Outros ganhos / (perdas) líquidos incluem os rendimentos dos investimentos, bem como os ganhos e perdas de passivos financeiros (decorrentes dos contratos de *unit linked*).

## Nota 10 – Diferenças de câmbio

Os ganhos/(perdas) cambiais no montante de Euros 75.000 (2012: Euros 132.000) dizem respeito a Empréstimos concedidos e contas a receber.

## Nota 11 – Imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e variação de outras provisões

A imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e a variação de outras provisões são analisadas como segue:

EUR	2013	2012
De ativos financeiros disponíveis para venda	5.625.901	76.801
De propriedades de investimento	1.020.746	—
De investimentos a deter até à maturidade	11.821.756	—
De devedores por operações de seguro direto e de resseguro	(233.909)	1.964.125
De outros devedores	—	(49.281)
<b>Total imparidade</b>	<b>18.234.494</b>	<b>1.991.645</b>
<b>Outras provisões (variação)</b>	<b>(150.000)</b>	<b>(320.000)</b>
<b>Total</b>	<b>18.084.494</b>	<b>1.671.645</b>



As perdas por imparidade relativas aos investimentos a deter até à maturidade dizem respeito a obrigações *corporate*. Estas perdas foram estimadas por referência ao justo valor de 78% a 31 de dezembro de 2013, de acordo com uma opção permitida pelo IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A perda de Euros 11.822.000 inclui o montante de Euros 4.600.000, reclassificado da reserva de justo valor registada na data da reclassificação destes ativos da categoria de disponíveis para venda, ainda não amortizada na data do reconhecimento da perda (ver nota 19).

## Nota 12 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos/gastos técnicos incluem um montante de Euros 22.446.000 (2012: Euros 24.374.000) relativos à amortização do VOBA – valor do negócio adquirido (ver nota 22).

Os outros rendimentos/gastos não técnicos incluem um montante de Euros 8.375.000 (2012: Euros 8.229.000) relativos a comissões de gestão de fundos de pensões da Pensõesger, S.G.F.P., S.A.

## Nota 13 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

EUR	2013	2012
Gastos com pessoal		
Remunerações – órgãos sociais	1.356.030	1.240.826
Remunerações – pessoal	18.123.555	18.600.958
Encargos sobre remunerações	3.617.505	3.686.029
Benefícios pós emprego – planos benefícios definidos	1.409.426	3.663.544
Seguros obrigatórios	850.878	888.186
Gastos de ação social	146.927	115.169
Outros gastos	812.655	461.932
	<b>26.316.976</b>	<b>28.656.644</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>37.581.024</b>	<b>39.164.310</b>
Depreciações de ativos tangíveis e imóveis		
Propriedades de investimento	206.921	223.656
Equipamento de transporte e outro equipamento	8.334	7.202
Equipamento informático	110.838	95.139
	<b>326.093</b>	<b>325.997</b>
Amortizações dos ativos intangíveis		
Software	928.107	613.544
Valor do negócio adquirido (VOBA)	22.445.973	24.373.851
	<b>23.374.080</b>	<b>24.987.395</b>
<b>Outros</b>	<b>21.278.045</b>	<b>19.974.831</b>
<b>Total</b>	<b>108.876.218</b>	<b>113.109.177</b>

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem um montante de Euros 1.849.000 (2012: Euros 1.586.000) relativos a Impostos e taxas, um montante de Euros 1.425.000 (2012: Euros 1.709.000) de Juros suportados, um montante de Euros 15.417.000 (2012: Euros 16.768.000) relativos a Comissões e Euros 2.587.000 relativos a variação de outras provisões (2012: montante positivo de Euros 89.000).

As comissões são maioritariamente relacionadas com a gestão das carteiras de investimentos do Grupo efectuada pela F&C.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

EUR	2013	2012
Custos com sinistros	9.905.981	10.557.848
Custos de exploração		
Custos de aquisição	13.077.893	14.359.827
Custos administrativos	41.567.458	41.116.114
Custos com investimentos		
Alocados à Conta Técnica	16.818.068	18.124.460
Alocados à Conta Não Técnica	404.618	416.249
Outros custos não alocados	27.102.200	28.534.679
<b>Total</b>	<b>108.876.218</b>	<b>113.109.177</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número de colaboradores do Grupo ascendia a 477 e 475.

## II.5 Notas ao balanço

### Nota 14 – Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e seus equivalentes refere-se a depósitos bancários no montante de Euros 260.223.000 (2012: Euros 139.304.000).

### Nota 15 – Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2013		2012	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Swaps taxa juro	189.160.751	6.151.786.476	207.373.354	7.149.403.705
Opções	–	–	2.001.735	40.975.000
FRA	213.744	41.500.000	205.185	41.500.000
<b>Total</b>	<b>189.374.495</b>	<b>6.193.286.476</b>	<b>209.580.274</b>	<b>7.231.878.705</b>
Dos quais:				
Nível 1	–	–	–	–
Nível 2	189.374.495	6.193.286.476	209.580.274	7.231.878.705
Nível 3	–	–	–	–
	<b>189.374.495</b>	<b>6.193.286.476</b>	<b>209.580.274</b>	<b>7.231.878.705</b>

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- › Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;
- › Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;
- › Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

## Nota 16 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2013			2012		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Dívida pública	763.443.638	18.980.446	782.424.084	212.274.662	50.659.190	262.933.852
Obrigações de outros emissores	3.691.431.297	171.009.730	3.862.441.027	4.432.371.986	570.353.185	5.002.725.171
Ações	399.031.806	28.943.834	427.975.640	213.407.958	27.088.090	240.496.048
<b>Total</b>	<b>4.853.906.741</b>	<b>218.934.010</b>	<b>5.072.840.751</b>	<b>4.858.054.606</b>	<b>648.100.465</b>	<b>5.506.155.071</b>
Dos quais:						
Nível 1			2.059.568.726			1.349.795.751
Nível 2			3.013.272.025			4.156.359.320
Nível 3			–			–
			<b>5.072.840.751</b>			<b>5.506.155.071</b>

Em 31 de dezembro de 2013, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

EUR	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	782.424.084	–
Obrigações de outros emissores	849.169.002	3.013.272.025
Ações	427.975.640	–
	<b>2.059.568.726</b>	<b>3.013.272.025</b>

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- › Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;
- › Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;
- › Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 17 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2013				2012			
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total
Dívida pública	1.860.892.376	3.456.195	–	1.864.348.571	1.485.025.687	(9.689.375)	–	1.475.336.312
Obrigações de outros emissores	2.361.819.284	31.845.429	(65.214)	2.393.599.499	2.509.875.971	6.493.371	–	2.516.369.342
Ações	266.969.342	30.602.785	(7.201.658)	290.370.469	274.634.054	12.093.262	(1.640.971)	285.086.345
Juros a receber	82.658.115	–	–	82.658.115	68.889.772	–	–	68.889.772
<b>Total</b>	<b>4.572.339.117</b>	<b>65.904.409</b>	<b>(7.266.872)</b>	<b>4.630.976.654</b>	<b>4.338.425.484</b>	<b>8.897.258</b>	<b>(1.640.971)</b>	<b>4.345.681.771</b>
<i>Dos quais:</i>								
Nível 1				4.593.485.077				4.160.652.497
Nível 2				37.491.577				185.029.274
Nível 3				–				–
				<b>4.630.976.654</b>				<b>4.345.681.771</b>

Em 31 de dezembro de 2013, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

EUR	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	1.892.008.800	–
Obrigações de outros emissores	2.411.213.358	37.384.038
Ações	290.262.919	107.539
	<b>4.593.485.077</b>	<b>37.491.577</b>

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como ativos disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- › Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;
- › Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;
- › Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 18 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

## Nota 19 – Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade correspondem aos ativos transferidos em 2011 da categoria de disponíveis para venda, de acordo com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e podem ser analisados como segue:

	A 31 de dezembro de 2013			A 31 de dezembro de 2012			Na data de transferência			
	Valor de Balanço dos investimentos detidos até à maturidade	Valor de mercado	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2013	Valor de Balanço dos investimentos detidos até à maturidade	Valor de mercado	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2012	Valor de Balanço reclassificado de ativos disponíveis para venda (a)	Reserva de justo valor	Cash flows futuros (b)	Taxa de juro efetiva (c)
EUR										
Dívida pública	475.043.690	561.459.455	61.206.762	516.562.713	606.745.174	36.382.512	481.346.191	(174.089.431)	893.264.338	10.3%
Obrigações de outros emissores	137.497.605	144.536.890	14.768.316	169.733.017	172.910.062	5.914.872	163.903.867	(23.378.682)	217.372.176	6.2%
<b>Total</b>	<b>612.541.295</b>	<b>705.996.345</b>	<b>75.975.078</b>	<b>686.295.730</b>	<b>779.655.236</b>	<b>42.297.384</b>	<b>645.250.058</b>	<b>(197.468.113)</b>	<b>1.110.636.514</b>	
Juros	10.503.079			11.549.653						
<b>Total</b>	<b>623.044.374</b>			<b>697.845.383</b>						

(a) Corresponde ao valor de mercado na data da reclassificação e ao valor reclassificado para investimentos detidos até à maturidade

(b) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência

(c) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo

Os ativos a deter até à maturidade podem ser detalhados como se segue:

EUR	2013				
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Juro decorrido	Total
Dívida pública	587.926.358	(112.882.669)	–	9.957.053	485.000.742
Obrigações de outros emissores	157.929.727	(8.610.365)	(11.821.756)	546.026	138.043.632
<b>Total</b>	<b>745.856.085</b>	<b>(121.493.034)</b>	<b>(11.821.756)</b>	<b>10.503.079</b>	<b>623.044.374</b>
EUR	2012				
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Juro decorrido	Total
Dívida pública	654.269.632	(137.706.919)	–	10.930.963	527.493.676
Obrigações de outros emissores	187.196.827	(17.463.810)	–	618.690	170.351.707
<b>Total</b>	<b>841.466.459</b>	<b>(155.170.729)</b>	<b>–</b>	<b>11.549.653</b>	<b>697.845.383</b>

Se a reclassificação anteriormente mencionada não tivesse ocorrido, os valores adicionais a reconhecer na reserva de reavaliação seriam como segue:

EUR	2013	2012	2011
Reserva de reavaliação	93.455.050	93.359.506	(107.427.692)
Imposto diferido na reserva	(29.438.341)	(27.074.257)	26.856.923
	<b>64.016.709</b>	<b>66.285.249</b>	<b>(80.570.769)</b>

## Nota 20 – Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2013	2012
Valor de aquisição	11.116.580	11.116.580
Amortizações acumuladas	(2.683.671)	(2.476.750)
Imparidade	(5.004.568)	(3.983.822)
<b>Saldo no final do ano</b>	<b>3.428.341</b>	<b>4.656.008</b>
<b>Justo valor</b>	<b>3.504.800</b>	<b>5.355.000</b>

A vida útil estimada das propriedades de investimento é analisada como segue:

Vida útil estimada	
Edifícios	34 anos
Componentes	10 anos

Em Julho de 2013 foi efetuada uma avaliação independente, no sentido de avaliar o justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento. Em resultado dessa avaliação, foi reconhecida uma perda por imparidade no montante de Euros 1.021.000.

## Nota 21 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2013	2012
Equipamento		
Equipamento informático	1.053.344	949.782
Equipamento administrativo	1.092.270	1.092.270
Outro equipamento	1.739.071	1.731.043
	<b>3.884.685</b>	<b>3.773.095</b>
Amortizações acumuladas	(2.530.424)	(2.411.252)
<b>Saldo líquido</b>	<b>1.354.261</b>	<b>1.361.843</b>

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

EUR	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	949.782	1.092.270	1.731.043	3.773.095
Aquisições	103.562	—	8.028	111.590
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.053.344	1.092.270	1.739.071	3.884.685
<b>Amortizações</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	693.472	1.089.948	627.832	2.411.252
Amortizações do exercício	110.838	—	8.334	119.172
Outros movimentos	—	526	(526)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2013	804.310	1.090.474	635.640	2.530.424
<b>Saldo líquido 31 de dezembro 2012</b>	<b>256.310</b>	<b>2.322</b>	<b>1.103.211</b>	<b>1.361.843</b>
<b>Saldo líquido 31 de dezembro 2013</b>	<b>249.034</b>	<b>1.796</b>	<b>1.103.431</b>	<b>1.354.261</b>

## Nota 22 – Goodwill e outros ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	Goodwill	VOBA	Outros intangíveis	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	315.740.469	527.989.676	10.741.843	854.471.988
Aquisições	—	—	969.017	969.017
Saldo em 31 de dezembro de 2013	315.740.469	527.989.676	11.710.860	855.441.005
<b>Amortização acumulada</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	—	(341.846.819)	(5.364.860)	(347.211.679)
Amortizações do exercício	—	(22.445.973)	(928.107)	(23.374.080)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>—</b>	<b>(364.292.792)</b>	<b>(6.292.967)</b>	<b>(370.585.759)</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2012</b>	<b>315.740.469</b>	<b>186.142.857</b>	<b>5.376.983</b>	<b>507.260.309</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2013</b>	<b>315.740.469</b>	<b>163.696.884</b>	<b>5.417.893</b>	<b>484.855.246</b>

O *goodwill* está relacionado com a aquisição da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., e foi distribuído como segue na data de aquisição:

Segmento Vida e Pensões [EUR]	
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	233.127.409
Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	14.360.068
	<b>247.487.477</b>
Segmento Não Vida [EUR]	
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	64.074.457
Medis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	4.178.535
	<b>68.252.992</b>
	<b>315.740.469</b>



Como referido nas políticas contabilísticas, o Grupo efetuou uma revisão ao valor recuperável do goodwill e do VOBA – valor do negócio adquirido, concluindo pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas. O teste de imparidade do goodwill foi efetuado com base no orçamento a 3 anos de cada uma das unidades de negócio aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo e considerando uma taxa de crescimento no longo prazo de 2%. O valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto média de 12,8% (2012: média de 14%).

O saldo remanescente do valor do negócio adquirido (VOBA) será amortizado como segue:

EUR	2014	2015	2016	2017	2018	Após
VOBA – Amortização estimada	21.245.973	19.064.102	18.144.767	17.137.696	15.989.223	72.115.123

## Nota 23 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta para o ramo vida é analisado como segue:

EUR	2013		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
<b>Valor bruto</b>			
Provisão matemática do ramo Vida	191.329.798	4.029.881.002	4.221.210.800
Provisão para sinistros do ramo Vida	37.069.405	19.433.996	56.503.401
Provisão para participação nos resultados	716.300	46.382.010	47.098.310
Atribuída	716.300	43.371.641	44.087.941
A atribuir	–	3.010.369	3.010.369
<b>Total bruto</b>	<b>229.115.503</b>	<b>4.095.697.008</b>	<b>4.324.812.511</b>
<b>Resseguro cedido</b>			
Provisão matemática do ramo Vida	841.108	–	841.108
Provisão para sinistros do ramo Vida	479.386	–	479.386
<b>Total resseguro</b>	<b>1.320.494</b>	<b>–</b>	<b>1.320.494</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>227.795.009</b>	<b>4.095.697.008</b>	<b>4.323.492.017</b>

EUR	2012		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
<b>Valor bruto</b>			
Provisão matemática do ramo Vida	188.783.515	4.264.723.615	4.453.507.130
Provisão para sinistros do ramo Vida	27.280.476	8.619.111	35.899.587
Provisão para participação nos resultados	775.730	45.461.541	46.237.271
Atribuída	769.262	45.461.541	46.230.803
A atribuir	6.468	–	6.468
<b>Total bruto</b>	<b>216.839.721</b>	<b>4.318.804.267</b>	<b>4.535.643.988</b>
<b>Resseguro cedido</b>			
Provisão matemática do ramo Vida	769.515	–	769.515
Provisão para sinistros do ramo Vida	822.080	–	822.080
<b>Total resseguro</b>	<b>1.591.595</b>	<b>–</b>	<b>1.591.595</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>215.248.126</b>	<b>4.318.804.267</b>	<b>4.534.052.393</b>

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, estão classificados como contratos de investimento.

Adicionalmente, de acordo com o IFRS 4, o Grupo efetuou um teste de adequação das responsabilidades. Em resultado deste teste, à data de 31 de dezembro de 2013, as provisões técnicas foram reduzidas no montante de Euros 14.500.000 (2012: reforço de Euros 7.056.000). O teste foi efetuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 38).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta para o ramo não vida é analisado como segue:

EUR	2013				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
<b>Valor bruto</b>					
Provisão para prémios não adquiridos	24.003.143	6.153.150	6.880.853	2.709.591	39.746.737
Provisão para sinistros	57.711.061	13.948.807	22.633.267	6.438.725	100.731.860
Provisão para participação nos resultados	700.059	—	—	—	700.059
Provisão para desvios de sinistralidade	—	412.803	—	65.404	478.207
Provisão para riscos em curso	2.084.218	6.817	2.621.688	293.604	5.006.327
<b>Total bruto</b>	<b>84.498.481</b>	<b>20.521.577</b>	<b>32.135.808</b>	<b>9.507.324</b>	<b>146.663.190</b>
<b>Resseguro cedido</b>					
Provisão para prémios não adquiridos	5.918.288	1.467.390	—	1.190.301	8.575.979
Provisão para sinistros	1.702.638	4.631.056	506.047	2.491.163	9.330.904
<b>Total resseguro</b>	<b>7.620.926</b>	<b>6.098.446</b>	<b>506.047</b>	<b>3.681.464</b>	<b>17.906.883</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>76.877.555</b>	<b>14.423.131</b>	<b>31.629.761</b>	<b>5.825.860</b>	<b>128.756.307</b>

	2012				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
<b>Valor bruto</b>					
Provisão para prémios não adquiridos	21.882.282	5.982.150	5.558.541	2.377.123	35.800.096
Provisão para sinistros	56.270.587	13.885.900	20.933.085	6.861.614	97.951.186
Provisão para participação nos resultados	704.541	—	—	—	704.541
Provisão para desvios de sinistralidade	—	821.797	—	64.126	885.923
Provisão para riscos em curso	1.553.647	127.620	2.265.525	401.263	4.348.055
<b>Total bruto</b>	<b>80.411.057</b>	<b>20.817.467</b>	<b>28.757.151</b>	<b>9.704.126</b>	<b>139.689.801</b>
<b>Resseguro cedido</b>					
Provisão para prémios não adquiridos	5.245.578	1.108.752	—	1.281.347	7.635.677
Provisão para sinistros	3.071.387	3.240.559	709.035	2.219.908	9.240.889
<b>Total resseguro</b>	<b>8.316.965</b>	<b>4.349.311</b>	<b>709.035</b>	<b>3.501.255</b>	<b>16.876.566</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>72.094.092</b>	<b>16.468.156</b>	<b>28.048.116</b>	<b>6.202.871</b>	<b>122.813.235</b>

A provisão para sinistros de Acidentes de trabalho inclui o montante de Euros 13.738.000 (2012: Euros 13.973.000) referente à provisão matemática.

De acordo com o IFRS 4, O Grupo efetuou um teste de adequação de responsabilidades do ramo de Acidentes de trabalho, de acordo com os critérios utilizados no teste realizado para o ramo de rendas do segmento Vida. Em resultado deste teste, à data de 31 de dezembro de 2013, as provisões técnicas deste ramo incluem o montante de Euros 2.894.000 (2012: Euros 3.702.000), reconhecido como reserva de LAT. O teste foi efetuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 38).

A provisão para sinistros vida e não vida, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 32.953.000 (2012: Euros 34.550.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2013 e ainda não reportados (IBNR).

A provisão para sinistros inclui uma estimativa de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes, declarados e não declarados, no montante de Euros 2.358.000 (2012: Euros 2.187.000).

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

EUR	2013	2012
Provisão para prémios não adquiridos	45.634.416	41.219.762
Custos de aquisição diferidos	(5.887.679)	(5.419.666)
<b>Saldo líquido</b>	<b>39.746.737</b>	<b>35.800.096</b>

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

EUR	2013	2012
Custos de aquisição diferidos em 1 de janeiro	5.419.666	5.603.149
Custos de aquisição do ano	5.887.679	5.419.666
Amortização dos custos de aquisição	(5.419.666)	(5.603.149)
<b>Custos de aquisição diferidos 31 de dezembro</b>	<b>5.887.679</b>	<b>5.419.666</b>

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

EUR	2013			2012		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Saldo em 1 de janeiro	46.237.271	704.541	46.941.812	49.242.557	1.117.811	50.360.368
Montantes pagos	(42.438.977)	(400.090)	(42.839.067)	(47.879.519)	(875.270)	(48.754.789)
Estimativa de montantes a atribuir	40.289.647	395.608	40.685.255	44.874.233	462.000	45.336.233
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow")	3.010.369	—	3.010.369	—	—	—
<b>Total</b>	<b>47.098.310</b>	<b>700.059</b>	<b>47.798.369</b>	<b>46.237.271</b>	<b>704.541</b>	<b>46.941.812</b>

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

A provisão para participação nos resultados inclui o ajustamento relativo ao “shadow”, o qual corresponde a uma estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 31 de Dezembro de 2013 o ajustamento do “shadow” totaliza Euros 3.010.0000.

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável. Para alguns casos, pode ser atribuída uma participação nos resultados superior à participação legalmente exigida, por decisão da Gestão.

Os montantes de participação nos resultados atribuídos e a atribuir são analisados como se segue:

EUR	2013	2012
Participação nos resultados a atribuir, 1 janeiro	6.468	46.641
Libertação, de acordo com plano participação	(6.468)	(40.173)
Reforço, de acordo com plano participação	3.010.369	–
<b>Total, 31 dezembro</b>	<b>3.010.369</b>	<b>6.468</b>
Participação nos resultados atribuída, 1 janeiro	46.230.803	49.195.916
Distribuída no ano	(42.438.977)	(47.879.519)
Atribuída – contratual	40.296.115	41.558.021
Atribuída – comercial	–	3.356.385
<b>Total, 31 dezembro</b>	<b>44.087.941</b>	<b>46.230.803</b>
<b>Participação nos resultados, 31 dezembro</b>	<b>47.098.310</b>	<b>46.237.271</b>

## Nota 24 – Benefícios a empregados

### Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, o Grupo é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, o Grupo assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Atividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e;

(iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, a Millenniumbcp Ageas aprovou as seguintes decisões: (i) em 1 de outubro de 2012, corte do plano, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011, e; (ii) em 1 de outubro de 2013, liquidação do plano, com a extinção da respectiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma do Grupo estão cobertas por adesões coletivas a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, o Grupo procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios do Grupo é efetuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o número de participantes no plano é o seguinte:

	2013	2012
Número de participantes		
Ativos	441	419
Reformados e Pensionistas	61	53
	<b>502</b>	<b>472</b>

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2013	2012
Taxa de desconto	3,50%	4,00%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	3,50%	4,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábua de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 – 2 anos	TV 88/90 – 2 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Como mencionado na nota II.1 t), a partir de 1 de janeiro de 2013, o Grupo adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. Em resultado da alteração de política contabilística, o Grupo abandonou o método do corredor, reconhecendo actualmente os ganhos/(perdas) atuariais do ano diretamente em capital. De acordo com o IAS 8, para efeitos comparativos, esta alteração de política contabilística é apresentada desde 1 de Janeiro de 2012, pelo que o total de ganhos e perdas atuariais diferidos a essa data foram transferidos para reservas.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2013 e 2012, são como segue:

EUR	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades por benefícios	(19.617.623)	(4.680.193)	(429.396)	(24.727.212)	(33.772.792)	(4.192.781)	(545.191)	(38.510.764)
Justo valor dos ativos do plano	19.942.201	–	–	19.942.201	34.281.572	–	–	34.281.572
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	324.578	(4.680.193)	(429.396)	(4.785.011)	508.780	(4.192.781)	(545.191)	(4.229.192)

Adicionalmente, o Grupo transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 9 (2012: 9), e o valor total da responsabilidade ascende a Euros 1.853.000 (2012: Euros 1.932.000), o qual está incluído no valor das provisões matemáticas do Ramo Vida.

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no contrato de trabalho revisto para as Companhias de Seguros – “Plano CCT”.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é analisado como segue:

EUR	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	33.772.792	4.192.781	545.191	38.510.764	28.015.241	3.136.959	431.319	31.583.519
Custo do serviço corrente	50.196	173.350	73.804	297.350	38.705	129.542	45.418	213.665
Custo dos juros	1.324.084	166.017	19.871	1.509.972	1.445.174	163.062	22.644	1.630.880
Alterações do plano	–	(276.097)	–	(276.097)	–	–	–	–
Liquidação do Plano Complementar	318.711	–	–	318.711	–	–	–	–
Pagamentos efetuados pelo fundo ou Grupo	(1.414.565)	(87.040)	(66.356)	(1.567.961)	(992.281)	(85.265)	–	(1.077.546)
(Ganhos) / perdas atuariais	1.925.217	488.267	(143.114)	2.270.370	2.647.456	819.874	45.810	3.513.140
Efeito da liquidação do Plano complementar	(17.092.471)	–	–	(17.092.471)	–	–	–	–
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	733.659	22.915	–	756.574	2.618.497	28.609	–	2.647.106
Responsabilidades em 31 de dezembro	19.617.623	4.680.193	429.396	24.727.212	33.772.792	4.192.781	545.191	38.510.764

A alteração do plano nos “Outros benefícios” corresponde ao impacto da alteração da idade da reforma em Portugal, de acordo com o Decreto-lei 167-E/2013.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

EUR	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Custo do serviço corrente	50.196	173.350	73.804	297.350	38.705	129.542	45.418	213.665
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros	263.288	166.017	19.871	449.176	196.435	163.062	22.644	382.141
Alterações do plano	–	(276.097)	–	(276.097)	–	–	–	–
(Ganhos) / perdas atuariais	–	–	(143.114)	(143.114)	–	–	45.810	45.810
Liquidação do Plano Complementar	318.711	–	–	318.711	–	–	–	–
Plano de reformas antecipadas e pré-reformas	733.659	22.915	–	756.574	2.618.497	28.609	–	2.647.106
Custo do exercício	<b>1.365.854</b>	<b>86.185</b>	<b>(49.439)</b>	<b>1.402.600</b>	<b>2.853.637</b>	<b>321.213</b>	<b>113.872</b>	<b>3.288.722</b>

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é analisada como segue:

EUR	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	34.281.572	28.642.920
Contribuições do Grupo	2.444.206	4.228.611
Pagamentos efetuados pelo fundo	(1.414.565)	(992.281)
Retorno esperado do fundo	1.060.796	1.248.739
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	662.663	1.153.583
Efeito da liquidação do Plano complementar	(17.092.471)	–
Saldo em 31 de dezembro	<b>19.942.201</b>	<b>34.281.572</b>

Os ganhos/(perdas) atuariais em 2013 e 2012, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisadas como segue:

EUR	2013			2012		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
Saldo em 1 de janeiro	8.015.722	643.893	8.659.615	6.521.849	(175.981)	6.345.868
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	1.429.934	494.856	1.924.790	2.647.456	819.874	3.467.330
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(662.663)	–	(662.663)	(1.153.583)	–	(1.153.583)
Saldo em 31 de dezembro	<b>8.782.993</b>	<b>1.138.749</b>	<b>9.921.742</b>	<b>8.015.722</b>	<b>643.893</b>	<b>8.659.615</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os (ganhos) /perdas atuariais resultantes das alterações dos pressupostos atuariais foram de Euros 2.906.000 e Euros 4.579.000, respetivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pelo Grupo ascenderam a Euros 2.444.000 (2012: Euros 4.229.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, em 2013, o Grupo contribuiu com o montante de Euros 506.000 (2012: Euros 177.000) para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012.

Os ativos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

EUR	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	508.780	(4.192.781)	(545.191)	(4.229.192)	7.149.528	(3.312.940)	(431.319)	3.405.269
Custo normal	(1.365.854)	(86.185)	49.439	(1.402.600)	(2.853.637)	(321.213)	(113.872)	(3.288.722)
(Ganhos) / perdas atuariais	(1.262.554)	(488.268)	–	(1.750.822)	(8.015.722)	(643.893)	–	(8.659.615)
Benefícios pagos pelo Grupo	–	87.041	66.356	153.397	–	85.265	–	85.265
Contribuições dos empregados e outras	2.444.206	–	–	2.444.206	4.228.611	–	–	4.228.611
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balanço	<b>324.578</b>	<b>(4.680.193)</b>	<b>(429.396)</b>	<b>(4.785.011)</b>	<b>508.780</b>	<b>(4.192.781)</b>	<b>(545.191)</b>	<b>(4.229.192)</b>

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

EUR	2013	2012
Títulos rendimento variável	5.152.698	8.293.018
Títulos rendimento fixo	13.397.305	21.682.034
Imóveis	300.607	587.065
Outros	1.091.591	3.719.455
	<b>19.942.201</b>	<b>34.281.572</b>

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

EUR	2013	2012
Impacto no custo com pensões	31.001	27.736
Impacto nas responsabilidades	748.831	670.845

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

Impacto alteração de pressupostos financeiros		
EUR	-1,00%	+1,00%
Taxa de desconto	3.821.941	(3.013.796)
Taxa de crescimento das pensões	(2.377.766)	2.814.216
Taxa de crescimento dos salários	(574.864)	693.250
Impacto alteração de pressupostos demograficos		
EUR	+1 ano	
Alteração da Tábua de mortalidade	919.042	



## Nota 25 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2013	2012
Tomadores de seguros	17.920.171	17.135.291
Mediadores de seguros	2.690.129	2.352.073
Resseguradores	9.596.194	11.132.798
	<b>30.206.494</b>	<b>30.620.162</b>
Imparidade	(6.899.882)	(7.133.791)
<b>Total</b>	<b>23.306.612</b>	<b>23.486.371</b>
Outros devedores	3.182.333	4.015.235
Imparidade	(6.526)	(6.526)
<b>Total Outros devedores</b>	<b>3.175.807</b>	<b>4.008.709</b>
<b>Total</b>	<b>26.482.419</b>	<b>27.495.080</b>

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto – tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 10.176.000 (2012: Euros 8.809.000) referente ao valor de recibos de prémios por cobrar.

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto – tomadores de seguro encontra-se ainda registado o montante de Euros 6.378.000 (2012: Euros 7.089.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre o Grupo Banco Comercial Português e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

EUR	2013		2012	
	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros
Saldo no início do ano	7.133.791	6.526	5.169.666	55.807
Reversões	(301.941)	–	(252)	(49.281)
Dotação do exercício	68.032	–	1.964.377	–
<b>Saldo no final do ano</b>	<b>6.899.882</b>	<b>6.526</b>	<b>7.133.791</b>	<b>6.526</b>

## Nota 26 – Impostos correntes e Impostos diferidos

O Grupo determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 31,5% (taxa nominal de 25% mais 6,5% de derramas municipais e estaduais). Adicionalmente, no seguimento da aprovação do Decreto-lei n.º 83/2013 e Lei n.º 2/2014 pelo Governo Português, a mesma taxa de imposto de 31,5% foi aplicada pelo Grupo na determinação dos impostos diferidos associados às diferenças temporárias existentes em 31 de dezembro de 2013.

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

As declarações de autoliquidação das Companhias do Grupo ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Grupo que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os impostos e taxas ativos e passivos são analisados como se segue:

EUR	2013	2012
Ativos por impostos correntes	26.829.612	24.756.596
Imposto sobre rendimento	2.101.596	—
Outros impostos e taxas	24.728.016	24.756.596
Ativos por impostos diferidos	11.276.856	22.252.483
<b>Ativos por impostos</b>	<b>38.106.468</b>	<b>47.009.079</b>
Passivos por impostos correntes	13.941.247	76.997.874
Imposto sobre rendimento	1.100.730	68.533.893
Outros impostos e taxas	12.840.517	8.463.981
Passivos por impostos diferidos	51.564.519	53.981.429
<b>Passivos por impostos</b>	<b>65.505.766</b>	<b>130.979.303</b>

À data de 31 de dezembro de 2013 e 2012, os outros ativos por impostos e taxas incluem o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP – Prestação de Serviços, A.C.E. e a Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Os outros passivos por impostos e taxas incluem os montantes a pagar ao Estado e ao Instituto Seguros de Portugal, nomeadamente, “FAT”, “Serviço Nacional de Bombeiros” e “Instituto Nacional de Emergência Médica”.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser analisados como segue:

EUR	Ativos		Passivos		Líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos intangíveis	—	—	(51.564.519)	(53.981.429)	(51.564.519)	(53.981.429)
Ativos financeiros	(7.298.854)	1.605.684	—	—	(7.298.854)	1.605.684
Passivos por contratos de seguro e de investimento	11.812.508	15.367.673	—	—	11.812.508	15.367.673
Provisões	3.362.484	2.350.815	—	—	3.362.484	2.350.815
Outros	3.400.718	2.928.311	—	—	3.400.718	2.928.311
<b>Impostos diferidos ativos/ (passivos)</b>	<b>11.276.856</b>	<b>22.252.483</b>	<b>(51.564.519)</b>	<b>(53.981.429)</b>	<b>(40.287.663)</b>	<b>(31.728.946)</b>
Líquido de ativos/ passivos	—	—	—	—	—	—
<b>Impostos diferidos ativos/ (passivos)</b>	<b>11.276.856</b>	<b>22.252.483</b>	<b>(51.564.519)</b>	<b>(53.981.429)</b>	<b>(40.287.663)</b>	<b>(31.728.946)</b>

O movimento do imposto diferido de balanço em 2013 e 2012, foi reconhecido como segue:

EUR	2013		2012	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva
Propriedades de investimento	–	–	(16.872)	–
Ativos intangíveis	2.416.910	–	7.068.417	–
Ativos financeiros	400.877	(9.305.415)	459.582	(28.254.587)
Passivos por contratos de seguro e de investimento	(3.555.165)	–	3.125.024	–
Provisões	1.011.669	–	211.962	–
Prejuízos fiscais reportáveis (Segmento Vida)	–	–	(27.443.956)	(63.955.842)
Outros	328.686	143.721	834.613	–
<b>Impostos diferidos ativos/ (passivos)</b>	<b>602.977</b>	<b>(9.161.694)</b>	<b>(15.761.230)</b>	<b>(92.210.429)</b>

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2013 e 2012 é analisado como segue:

EUR	2013	2012
Imposto corrente	(43.621.879)	(28.951.969)
Imposto diferido	602.977	(15.761.230)
<b>Total do imposto reconhecido em resultados</b>	<b>(43.018.902)</b>	<b>(44.713.199)</b>

O imposto sobre o rendimento reconhecido no capital próprio em 2013 e 2012 é analisado como segue:

EUR	2013	2012
Ganhos / (perdas) não realizadas relativos a investimentos disponíveis para venda		
Imposto corrente	(36.817.792)	(71.090.893)
Imposto diferido	22.400.655	83.940.761
	<b>(14.417.137)</b>	<b>12.849.868</b>
Ganhos / (perdas) atuariais		
Imposto diferido	143.721	–
	<b>(14.273.416)</b>	<b>12.849.868</b>

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

EUR	2013	2012
Resultado antes de impostos	125.914.529	138.894.262
Taxa de imposto	31,5%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	39.663.077	40.279.336
Tributação autónoma	124.675	122.566
Efeito da alteração da taxa de imposto nas diferenças temporárias	4.092.422	–
Efeito da taxa imposto – derrama adicional	–	3.758.673
Outras diferenças permanentes	(861.272)	552.624
	<b>43.018.902</b>	<b>44.713.199</b>

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas**Nota 27 – Acréscimos e diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica Acréscimos e diferimentos inclui o montante de Euros 1.724.000 (2012: Euros 1.499.000) relativo ao serviço prestado pela Accenture na gestão de sinistros do segmento não vida (excluindo Doença) e do ramo Risco do segmento vida.

**Nota 28 – Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento**

Os passivos financeiros relacionados com os contratos de investimento, no montante de Euros 5.616.776.000 (2012: Euros 5.786.792.000), respeitam aos contratos “unit-linked”. Estes passivos compreendem também o justo valor das garantias ou opções incorporadas nesses contratos.

De acordo com os critérios dos IFRS, estes passivos financeiros são classificados como Nível 2. O seu justo valor é determinado pelo Grupo tendo em consideração o justo valor dos ativos subjacentes.

**Nota 29 – Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros, no montante de Euros 14.302.000 (2012: Euros 13.486.000), dizem respeito a depósitos recebidos de resseguradores, que representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

**Nota 30 – Outros credores por operações de seguros e outras operações**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2013	2012
Tomadores de seguros e intermediários	24.221.200	11.434.722
Resseguradores	9.535.571	4.778.913
<b>Credores por operações seguro e resseguro</b>	<b>33.756.771</b>	<b>16.213.635</b>
Outros credores	155.518.340	31.471.604
<b>Total</b>	<b>189.275.111</b>	<b>47.685.239</b>

A rubrica Tomadores de seguros e intermediários inclui o montante de Euros 17.700.000 (2012: Euros 7.524.000) relativo às comissões a pagar ao Banco

Comercial Português, S.A., ao abrigo do acordo de distribuição celebrado com a Millenniumbcp Ageas.

À data de 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP – Prestação de Serviços, A.C.E. e a PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Adicionalmente, os Outros credores incluem o montante de Euros 126.500.000 (2012: Euros 1.500.000) relativo a operações por liquidar resultantes da aquisição de ativos financeiros no fim do ano.

### Nota 31 – Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos de custos incluem o montante de Euros 3.737.000 (2012: Euros 4.799.000) relativo a *fees* de gestão dos *unit linked* a pagar ao gestor de ativos do Grupo.

Adicionalmente, os acréscimos de custos incluem uma estimativa do valor atual das contribuições futuras do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), no montante de Euros 975.000 (2012: Euros 977.000), conforme referido nas políticas contabilísticas.

### Nota 32 – Outras provisões

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2013	2012
Provisão para impostos	93.437	93.437
Outras provisões	7.638.399	5.201.360
<b>Total</b>	<b>7.731.836</b>	<b>5.294.797</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

EUR	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	5.294.797	5.703.467
Reversão do exercício	2.587.039	(88.670)
Dotação do exercício	(150.000)	(320.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>7.731.836</b>	<b>5.294.797</b>

Em resultado do processo de reestruturação em curso, através de um programa de pré-reformas, em 31 de dezembro de 2013, o Grupo tem uma provisão registada no montante de Euros 3.800.000 (2012: Euros 4.638.000). A reversão do exercício inclui o montante de Euros 801.000 (2012: Euros 2.647.000), transferido para o Fundo de Pensões do Grupo, relativo aos empregados que aceitaram a pré-reforma (ver nota 24).

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

## II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

### Nota 33 – Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

#### Capital

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000.475 ações com o valor nominal de Euros 5 cada.

Os acionistas do Grupo são apresentados como segue:

	% Capital social
Ageas Insurance International, N.V.	51
Banco Comercial Português, S.A. (*)	49
	<b>100</b>

(\*) Através do BCP Investment B.V., detido a 100% pelo Banco Comercial Português S.A.

#### Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde: (i) ao valor acumulado das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 f), e; (ii) as perdas líquidas acumuladas dos ativos reclassificados para a categoria de investimentos detidos até à maturidade, na data da sua reclassificação, que serão amortizadas até à maturidade dos ativos transferidos (ver nota 19).

Os movimentos da reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2013 e 2012, são analisados como segue:

EUR	2013	2012
Saldos em 1 de janeiro	8.897.258	(410.933.395)
Ajustamentos no justo valor	56.667.755	420.693.042
Vendas	339.396	(862.389)
Saldos em 31 de dezembro	<b>65.904.409</b>	<b>8.897.258</b>

A reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

EUR	Nota	2013	2012
Custo amortizado	17	4.572.339.117	4.338.425.484
Imparidade	17	(7.266.872)	(1.640.971)
Custo amortizado líquido imparidade		<b>4.565.072.245</b>	<b>4.336.784.513</b>
Justo valor	17	4.630.976.654	4.345.681.771
Ganhos / (perdas) não realizados reconhecidos como reserva de justo valor		<b>65.904.409</b>	<b>8.897.258</b>
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow")	23	(3.010.369)	—
Reserva de reavaliação, líquida		<b>62.894.040</b>	<b>8.897.258</b>
Reserva de justo valor dos investimentos a deter até à maturidade	19	(121.493.034)	(155.170.730)
Total da reserva de justo valor a 31 de dezembro		<b>(58.598.994)</b>	<b>(146.273.472)</b>

## Outras reservas

### Reserva por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota II.1 u). Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a ativos financeiros afectos a carteiras com participação nos resultados discricionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas flutuações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva.

### Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Millenniumbcp Ageas tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do valor do Capital social.

### Resultados transitados

Na Assembleia Geral realizada a 3 de janeiro de 2013 foi aprovada a distribuição de Reservas Livres aos acionistas, no montante de Euros 40.000.000. O impacto desta medida foi registado nas contas relativas ao período findo em 31 de janeiro de 2013.

O capital próprio em 31 de dezembro de 2013 é analisado como se segue:

EUR	Capital	Reservas de reavaliação			Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	1.000.002.375	—	—	—	—	—	—	1.000.002.375
Reservas de reavaliação – ADV, líquida	—	65.904.409	(45.738.662)	20.165.747	—	—	—	20.165.747
Participação nos resultados a atribuir (“Shadow”), líquida	—	(3.010.369)	948.266	(2.062.103)	—	—	—	(2.062.103)
Reservas de reavaliação ADV transferidos para IDM, líquida	—	(121.493.034)	30.373.259	(91.119.775)	—	—	—	(91.119.775)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	82.895.627	82.895.627
Resultados transitados	—	—	—	—	—	434.543.043	—	434.543.043
Reserva legal	—	—	—	—	8.557.667	—	—	8.557.667
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	—	—	—	—	(9.778.022)	—	—	(9.778.022)
<b>Saldos 31 de dezembro 2013</b>	<b>1.000.002.375</b>	<b>(58.598.994)</b>	<b>(14.417.137)</b>	<b>(73.016.131)</b>	<b>(1.220.355)</b>	<b>434.543.043</b>	<b>82.895.627</b>	<b>1.443.204.559</b>

ADV – ativos disponíveis para venda; IDM – investimento a deter até à maturidade

O capital próprio em 31 de dezembro de 2012 é analisado como se segue:

EUR	Capital	Reservas de reavaliação			Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	1.000.002.375	—	—	—	—	—	—	1.000.002.375
Reservas de reavaliação – ADV, líquida	—	8.897.258	(25.942.814)	(17.045.556)	—	—	—	(17.045.556)
Reservas de reavaliação ADV transferidos para IDM, líquida	—	(155.170.730)	38.792.682	(116.378.048)	—	—	—	(116.378.048)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	94.181.064	94.181.064
Resultados transitados	—	—	—	—	—	381.221.044	—	381.221.044
Reserva legal	—	—	—	—	8.187.297	—	—	8.187.297
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	—	—	—	—	(8.659.615)	—	—	(8.659.615)
<b>Saldos 31 de dezembro 2012</b>	<b>1.000.002.375</b>	<b>(146.273.472)</b>	<b>12.849.868</b>	<b>(133.423.604)</b>	<b>(472.318)</b>	<b>381.221.044</b>	<b>94.181.064</b>	<b>1.341.508.561</b>

ADV – ativos disponíveis para venda; IDM – investimento a deter até à maturidade



## II.7 Informação adicional por segmentos operacionais

### Nota 34 – Conta técnica Não Vida por ramo

EUR	2013					2012				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	157.522.987	25.285.015	21.641.833	3.715.937	208.165.772	157.548.720	22.830.405	19.809.185	3.876.460	204.064.770
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(112.670.800)	(16.201.201)	(17.172.556)	(594.326)	(146.638.883)	(112.438.292)	(13.663.949)	(14.656.639)	(1.362.151)	(142.121.031)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(530.570)	529.798	(356.164)	106.381	(250.555)	(156.738)	(143.026)	11.044	(108.370)	(397.090)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(395.608)	—	—	—	(395.608)	(462.000)	—	—	—	(462.000)
Custos e gastos de exploração líquidos	(31.414.061)	(7.635.740)	(5.715.776)	(1.357.528)	(46.123.105)	(35.551.206)	(4.812.665)	(5.410.925)	(1.549.824)	(47.324.620)
Rendimentos	3.279.694	468.486	573.625	182.351	4.504.156	3.017.026	372.692	552.081	200.688	4.142.487
Gastos financeiros	(644.062)	(131.759)	(208.803)	(60.493)	(1.045.117)	(520.192)	(109.888)	(150.949)	(54.372)	(835.401)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	114.472	22.405	29.021	9.039	174.937	(104.577)	2.027	2.772	719	(99.059)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	125.082	(2.604)	—	—	122.478	116.742	(213)	—	—	116.529
<b>Margem técnica</b>	<b>15.387.134</b>	<b>2.334.400</b>	<b>(1.208.820)</b>	<b>2.001.361</b>	<b>18.514.075</b>	<b>11.449.483</b>	<b>4.475.383</b>	<b>156.569</b>	<b>1.003.150</b>	<b>17.084.585</b>
Proveito dos investimentos					603.682					746.491
Mais/(menos) valias realizadas					74.534					(164.878)
Despesas gerais					(152.722)					(118.017)
Outros proveitos/(custos) não técnicos					(490.860)					(1.546.740)
<b>Resultado não técnico</b>					<b>34.634</b>					<b>(1.083.144)</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>					<b>18.548.709</b>					<b>16.001.441</b>
Provisões – Valor bruto	84.498.481	20.521.577	32.135.808	9.507.324	146.663.190	80.411.059	20.817.468	28.757.150	9.704.126	139.689.803
Parte dos resseguradores	7.620.926	6.098.446	506.047	3.681.464	17.906.883	8.316.966	4.349.310	709.035	3.501.255	16.876.566

## Nota 35 – Conta técnica Vida por produto

EUR	2013				2012			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	155.877.174	437.754.857	–	593.632.031	146.691.299	138.788.051	–	285.479.350
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	–	–	62.982.600	62.982.600	–	–	48.535.594	48.535.594
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(59.006.480)	(776.011.645)	–	(835.018.125)	(44.842.356)	(647.823.152)	–	(692.665.508)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(2.474.691)	271.416.772	–	268.942.081	2.279.053	431.206.767	–	433.485.820
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(5.805.389)	(34.484.258)	–	(40.289.647)	(6.120.356)	(38.753.877)	–	(44.874.233)
Custos e gastos de exploração líquidos	(18.826.919)	(23.985.958)	(22.068.798)	(64.881.675)	(19.486.136)	(20.520.224)	(13.758.081)	(53.764.441)
Rendimentos	8.810.317	135.424.784	–	144.235.101	6.979.536	143.509.696	–	150.489.232
Gastos financeiros	(755.282)	(6.481.829)	(8.535.840)	(15.772.951)	(746.827)	(8.053.460)	(9.173.880)	(17.974.167)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	8.405	(772.487)	(9.602)	(773.684)	(348.369)	12.304.590	2.053.203	14.009.424
Amortização do valor do negócio adquirido (VOBA)	(19.616.613)	(2.495.117)	(334.243)	(22.445.973)	(20.352.953)	(2.659.618)	(1.361.280)	(24.373.851)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	84.699	496.003	–	580.702	163.309	1.138.588	–	1.301.897
<b>Margem técnica</b>	<b>58.295.221</b>	<b>861.122</b>	<b>32.034.117</b>	<b>91.190.460</b>	<b>64.216.200</b>	<b>9.137.361</b>	<b>26.295.556</b>	<b>99.649.117</b>
Proveito dos investimentos				9.272.822				14.495.449
Mais/(menos) valias realizadas				3.276.120				4.898.686
Despesas gerais				(4.908.120)				(4.459.062)
Outros proveitos/(custos) não técnicos				8.534.538				8.308.632
<b>Resultado não técnico</b>				<b>16.175.360</b>				<b>23.243.705</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>				<b>107.365.820</b>				<b>122.892.822</b>

## II.8 Outras Notas

### Nota 36 – Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

EUR	2013	2012
Remunerações	1.356.030	1.240.826
Contribuições para o fundo de pensões	16.193	12.367
	<b>1.372.223</b>	<b>1.253.193</b>

Os impactos das transações com partes relacionadas são analisados como segue:

<b>BALANÇO</b> [EUR]	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	260.222.845	—	—	—	260.222.845
Empréstimos concedidos e contas receber	472.198.695	—	—	—	472.198.695
Ativos financeiros disponíveis para venda	180.394.131	—	—	—	180.394.131
Investimentos a deter até à maturidade	20.385.627	—	—	—	20.385.627
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2.956.348.602	74.762.260	—	—	3.031.110.862
Outros ativos	107.419	27.685	—	—	135.104
<b>Total do ativo</b>	<b>3.889.657.319</b>	<b>74.789.945</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.964.447.264</b>
Provisões técnicas	106.029.958	—	—	—	106.029.958
Outros passivos	18.309.168	586.200	27.622	4.355.614	23.278.604
<b>Total do passivo</b>	<b>124.339.126</b>	<b>586.200</b>	<b>27.622</b>	<b>4.355.614</b>	<b>129.308.562</b>
<b>Líquido Ativo / (Passivo) 2013</b>	<b>3.765.318.193</b>	<b>74.203.745</b>	<b>(27.622)</b>	<b>(4.355.614)</b>	<b>3.835.138.702</b>
<b>Líquido Ativo / (Passivo) 2012</b>	<b>4.226.436.986</b>	<b>86.864.340</b>	<b>(27.622)</b>	<b>(3.684.001)</b>	<b>4.309.589.703</b>

<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b> [EUR]	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	21.407.604	—	32.079.582	—	53.487.186
Dividendos e juros a receber	112.945.202	4.747.502	—	—	117.692.704
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	222.011	—	—	—	222.011
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	112.494.231	24.909.645	—	—	137.403.876
Outros Proveitos	—	119.976	—	—	119.976
<b>Total de proveitos</b>	<b>247.069.048</b>	<b>29.777.123</b>	<b>32.079.582</b>	<b>—</b>	<b>308.925.753</b>
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(19.732.428)	—	(16.935.138)	—	(36.667.566)
Custos de aquisição	(72.493.393)	—	—	—	(72.493.393)
Gastos gerais e administrativos	(13.782.793)	(986.700)	(77.294)	(1.452.039)	(16.298.826)
<b>Total de custos</b>	<b>(106.008.614)</b>	<b>(986.700)</b>	<b>(17.012.432)</b>	<b>(1.452.039)</b>	<b>(125.459.785)</b>
<b>Líquido Proveitos / (Custos) 2013</b>	<b>141.060.434</b>	<b>28.790.423</b>	<b>15.067.150</b>	<b>(1.452.039)</b>	<b>183.465.968</b>
<b>Líquido Proveitos / (Custos) 2012</b>	<b>457.525.606</b>	<b>36.952.428</b>	<b>16.063.887</b>	<b>(3.174.850)</b>	<b>507.367.071</b>

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

As transações com o Grupo BCP são referentes, maioritariamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. pela distribuição dos produtos do Grupo e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E. por serviços partilhados.

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

### Nota 37 – Ativos sob gestão

A Pensõesgere é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões. Os ativos sob gestão são analisados, por tipo de investimento, como segue:

[EUR]	2013	2012
Títulos de rendimento fixo	2.076.938.822	1.913.895.754
Títulos de rendimento variável	1.821.438.885	1.763.754.649
Propriedades de investimento	467.217.159	512.050.715
<b>Total</b>	<b>4.365.594.866</b>	<b>4.189.701.118</b>

As variações ocorridas durante o exercício nos fundos sob gestão, são analisadas como segue:

[EUR]	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	4.189.701.118	3.864.546.840
Contribuições líquidas	(79.958.571)	195.839.758
Mais/ (menos) valias realizadas	257.046.784	168.201.719
Transferências	(1.194.465)	(38.887.199)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>4.365.594.866</b>	<b>4.189.701.118</b>

### Nota 38 – Gestão de riscos

*“Um contrato de seguro é a transferência equitativa do risco de uma perda, de uma entidade para outra em troca de um pagamento. É uma forma de gestão de risco usada principalmente para cobertura do risco de uma perda contingente, incerta.”*

— fonte Wikipédia

Para a Millenniumbcp Ageas assumir riscos é intrínseco na forma como o Grupo cria valor para os seus clientes, acionistas, entidades reguladoras e agências de avaliação de rating. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Millenniumbcp Ageas vê uma boa gestão de risco como a chave na garantia de um crescimento rentável sustentável e, consequentemente, uma competência nuclear.

## Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Millenniumbcp Ageas está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

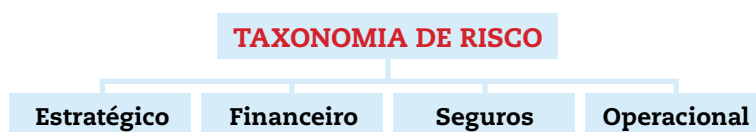
A gestão de risco na Millenniumbcp Ageas está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contem ainda a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e define também os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Millenniumbcp Ageas está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

## Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e resposta, dentro da Millenniumbcp Ageas está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente todo o Grupo.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos *Financeiros*, *Operacionais* e de *Seguros* são quantificados no âmbito do Pilar I do regime de Solvência II, enquanto que os Riscos *Estratégicos* são geridos no âmbito do Pilar II.

## Riscos Estratégicos

Os Riscos *Estratégicos* cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Millenniumbcp Ageas em cumprir o seu plano de negócios atual e também de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou no ambiente geopolítico.

Na Millenniumbcp Ageas os riscos estratégicos são geridos através do processo KRR (*Key Risk Reporting*), o qual também contribui para a elaboração e execução da resposta apropriada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Millenniumbcp Ageas. Adicionalmente estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos Riscos *Estratégicos*.

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas**Riscos Financeiros****Modelo de Governo dos Riscos Financeiros**

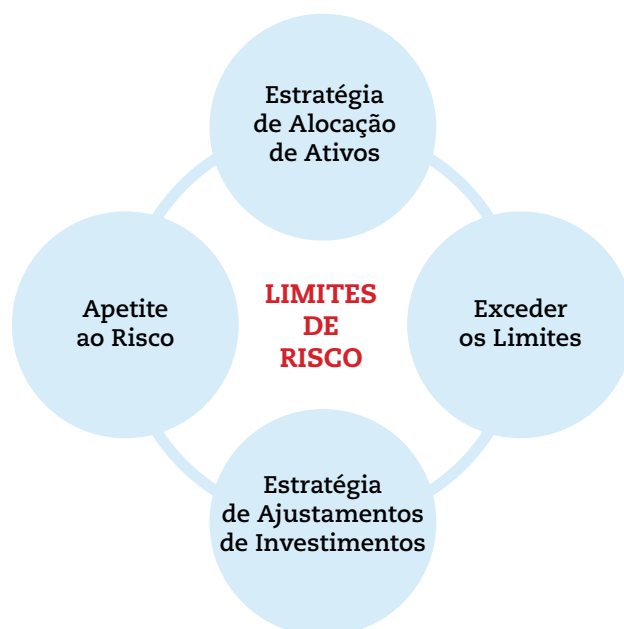
Uma das principais categorias de risco na Millenniumbcp Ageas é o Risco Financeiro. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados *Riscos de Mercado*, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado *Risco de Incumprimento*, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado *Risco de Liquidez*.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Millenniumbcp Ageas está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- › O Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas fornece a aprovação final da estratégia de investimentos;
- › As decisões de investimento da Millenniumbcp Ageas são da responsabilidade do CFO e do Departamento de Investimentos. Para além disso o CFO tem responsabilidades na gestão do risco de mercado o qual delega no Comité de Gestão de Ativos (subcomité do Comité de Risco).
- › O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
  - É responsável pela *Strategic Asset Allocation (SAA)*, bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Millenniumbcp Ageas;
  - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao CFO;
  - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e políticas relevantes;
  - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos (ou seja, limites ligeiros).
- › Função de Investimentos:
  - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
  - Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
  - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo AMC/Comité de Risco ou por Reguladores locais.
- › O comité de riscos:
  - É responsável pela aprovação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- › O Risk Officer tem como principais funções:
  - Propor e restringir o apetite ao risco bem como as restrições de riscos agregados;
  - Fornecer um parecer sobre a adequação das políticas de risco;
  - Membro do Comité de Risco/Gestão de Ativos (AMC).

- Dar parecer sobre a estratégia global anterior à aprovação pelo Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros na Millenniumbcp Ageas é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



#### Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Millenniumbcp Ageas, estão divididos nas seguintes categorias:



#### Risco de Incumprimento

O Risco de Incumprimento reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como acordos de resseguro, titularizações e derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de *spread* e do risco de incumprimento, a taxonomia de risco da Millenniumbcp Ageas é elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

## 02

### Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar risco, tanto no *Risco de Mercado* como no *Risco de Incumprimento*. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao *risco de spread* para um ressegurador via detenção de títulos ou de participações e risco de contraparte via proteção de resseguro.

#### *Risco de Mercado*

Os ativos e passivos da Millenniumbcp Ageas são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Millenniumbcp Ageas contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc. O risco de perda ou de provocar alteração da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Millenniumbcp Ageas como *Risco de Mercado*.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o risco de mercado, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do *Risco de Mercado*, o *Risco de Câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Millenniumbcp Ageas (Eur).

A Millenniumbcp Ageas definiu que todo risco de câmbio deverá estar coberto. Apenas os produtos *Unit Linked* estão expostos a risco de câmbio.



O quadro seguinte indica os valores da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros detidos até à maturidade e os fundos de investimentos por tipo de garantia (excluindo juros acumulados):

<b>CARTEIRA DE INVESTIMENTOS</b> [EUR]	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>4.630.976.654</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.345.681.771</b>	<b>100,0%</b>
Dívida pública	1.892.008.788	40,9%	1.495.843.123	34,4%
Obrigações	2.448.597.396	52,9%	2.564.752.305	59,0%
Ações	43.673.623	0,9%	17.623.156	0,4%
Fundos de investimento:				
Obrigações	66.283.874	1,4%	61.562.607	1,4%
Ações	9.876.645	0,2%	—	0,0%
Imobiliário	170.536.328	3,7%	196.873.917	4,5%
Alternativos	—	0,0%	9.026.663	0,2%
<b>Ativos financeiros ao justo valor</b>	<b>5.072.840.751</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.506.155.071</b>	<b>100,0%</b>
Dívida pública	782.424.084	15,4%	262.933.852	4,8%
Obrigações	3.862.441.027	76,1%	5.002.725.171	90,9%
Fundos de investimento:				
Obrigações	199.492.866	3,9%	115.978.060	2,1%
Ações	184.908.567	3,6%	104.542.075	1,9%
Imobiliário	2.131.053	0,0%	1.225.653	0,0%
Alternativos	41.443.154	0,8%	18.750.260	0,3%
<b>Ativos financeiros detidos até à maturidade</b>	<b>623.044.374</b>	<b>100,0%</b>	<b>697.845.383</b>	<b>100,0%</b>
Dívida pública	485.000.743	77,8%	527.493.676	75,6%
Obrigações	138.043.631	22,2%	170.351.707	24,4%
<b>Detidos para negociação</b>	<b>189.374.495</b>		<b>209.580.274</b>	
Derivados de negociação	189.374.495		209.580.274	
<b>Total</b>	<b>10.516.236.274</b>		<b>10.759.262.499</b>	

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

<b>ATIVO</b> [EUR]	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Caixa e disponibilidades	260.222.845	139.303.695
Empréstimos e contas a receber	472.198.695	511.694.670
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	26.482.419	27.495.080
Investimentos a deter até à maturidade	623.044.374	697.845.383
<b>Total</b>	<b>1.381.948.333</b>	<b>1.376.338.828</b>
<b>PASSIVO</b> [EUR]		
Outras responsabilidades financeiras	14.302.060	13.485.536
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	189.275.111	47.685.239
<b>Total</b>	<b>203.577.171</b>	<b>61.170.775</b>

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

As ações detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo de setor:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Instituições financeiras	38.983.873	89,3%	17.620.156	100,0%
Consumíveis não cíclicos	4.689.750	10,7%	3.000	0,0%
	<b>43.673.623</b>	<b>100,0%</b>	<b>17.623.156</b>	<b>100,0%</b>

As obrigações detidas pela Millenniumbcp Ageas podem ser decompostas por tipo de setor:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2013		2012		2013		2012		2013		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	1.892.008.788	43,6%	1.495.843.123	36,8%	782.424.084	16,8%	262.933.852	5,0%	485.000.743	77,8%	527.493.676	75,6%
Instituições financeiras	1.552.551.025	35,8%	1.937.998.570	47,7%	3.238.609.357	69,7%	3.745.798.538	71,1%	20.385.627	3,3%	19.578.382	2,8%
Operações de securitização	16.390.003	0,4%	5.032.687	0,1%	91.816	0,0%	12.843.969	0,2%	—	0,0%	—	0,0%
Indústria	115.974.692	2,7%	149.745.716	3,7%	210.713.781	4,5%	417.165.041	7,9%	50.436.162	8,1%	64.309.128	9,2%
Setores básicos e energéticos	341.700.955	7,9%	169.670.458	4,2%	32.819.901	0,7%	33.111.859	0,6%	—	0,0%	—	0,0%
Operações hipotecárias	15.858.391	0,4%	12.413.679	0,3%	—	0,0%	7.492.859	0,1%	—	0,0%	—	0,0%
Consumíveis não cíclicos	53.794.312	1,2%	54.756.247	1,3%	39.695.015	0,9%	38.170.208	0,7%	—	0,0%	—	0,0%
Consumíveis cíclicos	78.466.786	1,8%	62.766.232	1,5%	5.181.600	0,1%	103.603.429	2,0%	—	0,0%	—	0,0%
Comunicações	183.080.928	4,2%	113.161.653	2,8%	65.755.745	1,4%	203.147.024	3,9%	—	0,0%	8.782.214	1,3%
Materias primas	9.024.419	0,2%	—	0,0%	178.665.050	3,8%	358.555.843	6,8%	10.495.986	1,7%	22.390.720	3,2%
Diversos	8.540.038	0,2%	23.147.111	0,6%	90.878.511	2,0%	82.836.401	1,6%	56.725.856	9,1%	55.291.263	7,9%
Energia	73.215.847	1,7%	36.059.952	0,9%	30.251	0,0%	—	0,0%	—	0,0%	—	0,0%
	<b>4.340.606.184</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.060.595.428</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.644.865.111</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.265.659.023</b>	<b>100,0%</b>	<b>623.044.374</b>	<b>100,0%</b>	<b>697.845.383</b>	<b>100,0%</b>

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em ratings externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2013		2012		2013		2012		2013		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	510.494.975	11,8%	571.752.662	14,1%	426.361	0,0%	810.748	0,0%	—	0,0%	—	0,0%
AA	736.508.198	17,0%	803.619.902	19,8%	637.207	0,0%	3.693.114	0,1%	—	0,0%	—	0,0%
A	531.683.511	12,2%	383.425.399	9,4%	34.719.397	0,7%	11.988.965	0,2%	—	0,0%	—	0,0%
BBB	787.522.686	18,1%	688.448.619	17,0%	240.924.832	5,2%	633.580.921	12,0%	10.495.986	1,7%	28.491.937	4,1%
BB	1.556.964.356	35,9%	1.357.403.959	33,4%	1.515.317.952	32,6%	1.237.966.893	23,5%	514.263.016	82,5%	563.629.686	80,8%
B	165.765.437	3,8%	220.626.632	5,4%	2.805.258.679	60,4%	3.339.164.591	63,4%	98.285.372	15,8%	103.042.763	14,8%
CCC	2.910.731	0,1%	6.051.601	0,1%	47.369.755	1,0%	25.861.659	0,5%	—	0,0%	—	0,0%
CC	—	0,0%	—	0,0%	0	0,0%	4.152	0,0%	—	0,0%	—	0,0%
Sem Rating	48.756.290	1,1%	29.266.654	0,7%	210.928	0,0%	12.587.980	0,2%	—	0,0%	2.680.997	0,4%
<b>Total</b>	<b>4.340.606.184</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.060.595.428</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.644.865.111</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.265.659.023</b>	<b>100,0%</b>	<b>623.044.374</b>	<b>100,0%</b>	<b>697.845.383</b>	<b>100,0%</b>
Dívida pública	1.892.008.788	43,6%	1.495.843.123	36,8%	782.424.084	16,8%	262.933.852	5,0%	485.000.743	77,8%	527.493.676	75,6%
Obrigações	2.448.597.396	56,4%	2.564.752.305	63,2%	3.862.441.027	83,2%	5.002.725.171	95,0%	138.043.631	22,2%	170.351.707	24,4%
<b>Total</b>	<b>4.340.606.184</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.060.595.428</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.644.865.111</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.265.659.023</b>	<b>100,0%</b>	<b>623.044.374</b>	<b>100,0%</b>	<b>697.845.383</b>	<b>100,0%</b>

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos ratings referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

EUR	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
<b>Depósitos em Instituições de Crédito</b>				
<b>B</b>	<b>732.421.540</b>	<b>100,00%</b>	<b>650.998.365</b>	<b>100,00%</b>
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>				
AA	2.891.422	10,92%	3.491.459	12,70%
A	2.536.129	9,58%	3.317.908	12,07%
BBB	684.014	2,58%	1.203.341	4,38%
Sem rating	20.370.854	76,92%	19.482.372	70,86%
	<b>26.482.419</b>	<b>100,00%</b>	<b>27.495.080</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>758.903.959</b>		<b>678.493.445</b>	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA</b> [EUR]	Disponíveis para venda			
	Portugal	Luxemburgo	Total	%
Obrigações	—	66.283.874	66.283.874	26,9%
Ações	1.811.565	8.065.080	9.876.645	4,0%
Imobiliário	170.536.328	—	170.536.328	69,1%
<b>Total em dezembro 2013</b>	<b>172.347.893</b>	<b>74.348.954</b>	<b>246.696.847</b>	<b>100,0%</b>
Obrigações	—	61.562.607	61.562.607	23,0%
Imobiliário	196.873.917	—	196.873.917	73,6%
Alternativos	2.346.823	6.679.840	9.026.663	3,4%
<b>Total em dezembro 2012</b>	<b>199.220.740</b>	<b>68.242.447</b>	<b>267.463.187</b>	<b>100,0%</b>

<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA</b> [EUR]	Ativos financeiros ao justo valor									%
	Portugal	Luxemburgo	França	Irlanda	Ilhas Virgens	EUA	Inglaterra	Ilhas Caimão	Total	
Obrigações	421.731	177.733.166	5.970.672	14.825.586	—	—	541.711	—	199.492.866	46,6%
Ações	114.491	170.472.829	—	9.666.610	—	311.366	4.343.271	—	184.908.567	43,2%
Imobiliário	—	2.131.053	—	—	—	—	—	—	2.131.053	0,5%
Alternativos	—	22.608.051	—	8.918.763	7.398.722	—	419.484	2.098.134	41.443.154	9,7%
<b>Total em dezembro 2013</b>	<b>536.222</b>	<b>372.945.099</b>	<b>5.970.672</b>	<b>33.410.959</b>	<b>7.398.722</b>	<b>311.366</b>	<b>5.304.466</b>	<b>2.098.134</b>	<b>427.975.640</b>	<b>100,0%</b>
Obrigações	426.079	105.962.985	3.154.454	5.809.988	—	—	624.554	—	115.978.060	48,2%
Ações	105.626	72.305.781	—	25.640.332	—	495.208	5.995.128	—	104.542.075	43,5%
Imobiliário	—	1.225.653	—	—	—	—	—	—	1.225.653	0,5%
Alternativos	—	11.919.721	—	628.988	5.784.460	—	417.091	—	18.750.260	7,8%
<b>Total em dezembro 2012</b>	<b>531.705</b>	<b>191.414.140</b>	<b>3.154.454</b>	<b>32.079.308</b>	<b>5.784.460</b>	<b>495.208</b>	<b>7.036.773</b>	<b>—</b>	<b>240.496.048</b>	<b>100,0%</b>

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

Nesta categoria de risco está também incluído o *Risco de Concentração de Mercado*.

Este risco pode decorrer de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes correlacionadas positivamente (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

### Risco de Liquidez

O *Risco de Liquidez* é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros titulares de contratos que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o *Risco de Liquidez*, a abordagem da Millenniumbcp Ageas enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

Os números apresentados não devem ser comparados com os montantes de balanço, uma vez que incluem a projeção de fluxos de caixa que não são descontados.

A 31 de dezembro de 2013 e 2012, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

<b>RISCO DE LIQUIDEZ 2013</b> [EUR]	<b>&lt;1 mês</b> Maturidade	<b>1-3 meses</b> Maturidade	<b>3-12 meses</b> Maturidade	<b>1-5 anos</b> Maturidade	<b>&gt; 5 anos</b> Maturidade	<b>Sem</b> Maturidade	<b>Total</b>
Ativos financeiros a taxa fixa	221.048.441	540.811.607	1.264.384.121	2.079.491.820	1.090.617.833	–	5.196.353.822
Ativos financeiros a taxa variável	15.819.970	12.940.596	72.631.753	223.909.279	37.820.338	–	363.121.936
Outros ativos financeiros	168.174.446	179.449.438	403.399.183	76.101.043	121.154.345	290.370.470	1.238.648.925
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	21.343.158	157.689.145	1.058.543.232	2.383.449.482	1.859.309.363	427.975.640	5.908.310.020
<b>Ativos financeiros</b>	<b>426.386.015</b>	<b>890.890.786</b>	<b>2.798.958.289</b>	<b>4.762.951.624</b>	<b>3.108.901.879</b>	<b>718.346.110</b>	<b>12.706.434.703</b>
<b>Ativos Não Financeiros</b>	<b>2.805.907</b>	<b>5.611.813</b>	<b>27.497.614</b>	<b>102.573.934</b>	<b>22.807.445</b>	<b>387.855.593</b>	<b>549.152.306</b>
<b>Total de ativos</b>	<b>429.191.922</b>	<b>896.502.599</b>	<b>2.826.455.903</b>	<b>4.865.525.558</b>	<b>3.131.709.324</b>	<b>1.106.201.703</b>	<b>13.255.587.009</b>
Outros passivos financeiros	35.317.177	20.426.615	13.891.826	133.733.180	185.085	23.288	203.577.171
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	26.963.901	209.716.673	739.360.447	2.733.734.670	1.907.000.332	–	5.616.776.023
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>62.281.078</b>	<b>230.143.288</b>	<b>753.252.273</b>	<b>2.867.467.850</b>	<b>1.907.185.417</b>	<b>23.288</b>	<b>5.820.353.194</b>
<b>Passivos não financeiros</b>	<b>52.355.557</b>	<b>188.537.635</b>	<b>679.654.201</b>	<b>1.759.004.104</b>	<b>2.465.637.407</b>	<b>–</b>	<b>5.145.188.904</b>
<b>Total de passivos</b>	<b>114.636.635</b>	<b>418.680.923</b>	<b>1.432.906.474</b>	<b>4.626.471.954</b>	<b>4.372.822.824</b>	<b>23.288</b>	<b>10.965.542.098</b>

<b>RISCO DE LIQUIDEZ 2012</b> [EUR]	<b>&lt;1 mês Maturidade</b>	<b>1-3 meses Maturidade</b>	<b>3-12 meses Maturidade</b>	<b>1-5 anos Maturidade</b>	<b>&gt; 5 anos Maturidade</b>	<b>Sem Maturidade</b>	<b>Total</b>
Ativos financeiros a taxa fixa	186.471.381	312.562.335	974.989.939	2.369.218.719	900.076.937	—	4.743.319.310
Ativos financeiros a taxa variável	19.974.959	134.706.991	110.289.782	370.378.734	33.668.946	—	669.019.411
Outros ativos financeiros	575.899.974	85.615.911	314.048.597	40.944.374	21.538.550	285.086.343	1.323.133.749
Investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	21.272.354	351.448.122	1.069.669.917	3.051.340.227	1.988.955.684	240.496.048	6.723.182.353
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>803.618.667</b>	<b>884.333.359</b>	<b>2.468.998.235</b>	<b>5.831.882.055</b>	<b>2.944.240.117</b>	<b>525.582.391</b>	<b>13.458.654.824</b>
<b>Ativos não financeiros</b>	<b>2.828.044</b>	<b>5.656.087</b>	<b>27.280.224</b>	<b>115.634.209</b>	<b>29.761.194</b>	<b>403.844.815</b>	<b>585.004.573</b>
<b>Total de ativos</b>	<b>806.446.711</b>	<b>889.989.446</b>	<b>2.496.278.459</b>	<b>5.947.516.264</b>	<b>2.974.001.312</b>	<b>929.427.206</b>	<b>14.043.659.397</b>
Outros passivos financeiros	(34.876.550)	21.132.072	45.463.855	29.385.091	55.313	10.994	61.170.775
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	18.502.673	239.529.359	996.151.545	2.955.515.245	1.577.092.969	—	5.786.791.790
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>(16.373.878)</b>	<b>260.661.431</b>	<b>1.041.615.400</b>	<b>2.984.900.336</b>	<b>1.577.148.281</b>	<b>10.994</b>	<b>5.847.962.565</b>
<b>Passivos não financeiros</b>	<b>57.381.437</b>	<b>42.469.475</b>	<b>914.096.876</b>	<b>2.296.594.814</b>	<b>2.523.523.460</b>	<b>—</b>	<b>5.834.066.062</b>
<b>Total de passivos</b>	<b>41.007.559</b>	<b>303.130.906</b>	<b>1.955.712.276</b>	<b>5.281.495.150</b>	<b>4.100.671.742</b>	<b>10.994</b>	<b>11.682.028.627</b>

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Millenniumbcp Ageas para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2013 e 2012 respetivamente.

No que diz respeito ao passivo, no apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo vida (passivos não financeiros) e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento, foram considerados os seguintes pressupostos:

- i) O valor de balanço dos contratos “Unit Linked” foi considerado com maturidade “à vista”;
- ii) No cálculo dos cash-flows não foram considerados resgates antecipados.

## Riscos Específicos de Seguros

### Modelo de Governo dos Riscos Específicos de Seguros

A Millenniumbcp Ageas gere o risco específico dos seguros através da conjugação das suas políticas de subscrição (*underwriting*), de pricing, de provisionamento e de resseguro.

A estrutura de governo do Risco de Seguros é resumida como se segue:

- › A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

- › Definição de uma Política de Subscrição e dos respetivos limites de aceitação de riscos. Caso estes limites sejam ultrapassados, o Responsável de Risco é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação que vão ser desenvolvidas;
- › A função de Gestão do Risco é responsável por definir o Apetite ao Risco de Subscrição bem como o Apetite ao Risco de forma agregada e avaliar/gerir os riscos de seguro de acordo com as políticas e regulamentos estabelecidos na Millenniumbcp Ageas;
- › A função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- › O Comité de Risco é responsável pela aprovação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- › É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco do Grupo. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos;
- › Caso os limites sejam ultrapassados, deve ser desencadeado um processo de comunicação ao Responsável do Risco.

Diversos departamentos da Millenniumbcp Ageas estão envolvidos na Gestão de Riscos de Seguros, tais como Departamento de Gestão de Risco e Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

### Subscrição e Pricing

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora fazendo parte do processo global de gestão do risco de seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a companhia de seguros. O processo pelo qual os segurados são segmentados de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, possibilitando uma adequada definição do prémio assente no perfil de risco do segurado, é o processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão de riscos. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento atuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de Subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base *a priori* (por exemplo, *profit testing*), como *a posteriori* (por exemplo, o *embedded value* e os rácios combinados).

Os fatores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- › Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- › O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- › Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- › Condições do mercado de capitais e inflação;
- › Requisitos de capital (solvência);
- › Objetivos de rentabilidade;
- › Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

#### Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências dos IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Millenniumbcp Ageas que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best-estimate*), i.e., calculadas numa base económica, e também com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efetuada, pelos atuários responsáveis, sendo as provisões do ramo não vida regularmente certificadas por uma entidade externa.

#### Resseguro

Quando apropriado, a Millenniumbcp Ageas celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climatéricos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão diretamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria atividade do Homem. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes catástrofes tais como terramotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

**NÃO VIDA E SAÚDE** [EUR]

Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção/Prioridade
Incêndio e Tremor de Terra	Excedente	14.950.000	350.000
Incêndio (catástrofes naturais)	CAT Excesso de Perdas (XL)	256.000.000	20.000.000
Responsabilidade Civil (por risco / evento)	Excesso de Perdas (XL)	2.450.000	50.000
Engenharia	Quota Parte + Excedente	2.750.000	250.000
Automóvel – responsabilidade civil	Excesso de Perdas (XL)	49.500.000	500.000
Automóvel – cascos	Excesso de Perdas (XL)	4.500.000	500.000
Marítimo Cascos & Cargas	Quota Parte	2.000.000	600.000
Marítimo (por risco / evento)	CAT Excesso de Perdas (XL)	1.800.000	200.000
Acidentes Pessoais (por risco / evento)	Excesso de Perdas (XL)	49.850.000	150.000
Acidentes de Trabalho (por risco / evento)	Excesso de Perdas (XL)	29.600.000	400.000
Saúde (Munich)	Quota Parte	1.000.000	200.000
Saúde (Acunsa)	Quota Parte	Ilimitado	0%

**VIDA** [EUR]

Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção/Prioridade
Vida/Invalidez	Excedente	4.400.000	110.000
Vida (catástrofes)	CAT Excesso de Perdas (XL)	15.000.000	330.000

**Gestão dos Riscos de Responsabilidades de Seguros**

A aceitação de riscos através de contratos de seguro deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao risco de seguro que a Millenniumbcp Ageas está disposto a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos Específicos de Seguros, de acordo com a taxonomia de riscos em vigor na Millenniumbcp Ageas.

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos riscos financeiro e operacional. De acordo com a taxonomia de risco da Millenniumbcp Ageas, os riscos específicos de seguros estão definidos como riscos de responsabilidades de seguros de vida.

- › Riscos de responsabilidades de seguros de vida;
- › Riscos de responsabilidades de seguros não vida;
- › Riscos de responsabilidades de seguros de saúde.

**Riscos Específicos de Responsabilidades de Seguros de Vida**

O risco específico de Seguros de Vida é dividido em dois grandes blocos: Risco de Subscrição de Vida e o Risco de Catástrofe.

Os sinistros relativos aos produtos de seguro de vida risco e de rendas vitalícias, são sensíveis a mudanças nas taxas de mortalidade. Descidas nas



taxas de mortalidade relacionadas com o preço da mortalidade são conhecidas como risco de longevidade, enquanto os aumentos são referidos como risco de mortalidade. O aumento inesperado nas taxas de mortalidade conduzirá a um aumento dos sinistros previstos para os produtos de vida risco e a uma diminuição dos sinistros para produtos de rendas vitalícias, enquanto que o decréscimo nas taxas de mortalidade (risco de longevidade) terá o impacto oposto. Dada a natureza a longo prazo do ramo vida, mudanças inesperadas nas taxas de resgates ou despesas a curto prazo também podem ter um impacto significativo.

O Risco de Catástrofe é o risco de perda ou de alteração do valor do passivo seguro, resultante da incerteza significativa dos preços e provisionamento dos pressupostos relacionados com eventos extremos ou excecionais.

Um dos riscos de seguro de vida, o risco de longevidade, ocorre quando um decréscimo inesperado das taxas de mortalidade conduz a aumentos de sinistros superiores aos esperados em produtos como as rendas vitalícias. O risco de longevidade é gerido através do *pricing* da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Na conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são constituídas provisões suplementares e os prémios ajustados em conformidade.

Tendo em conta o aumento contínuo esperado na expectativa de vida da população segura, o risco de aumento inesperado da esperança de vida, dá origem a outro risco de seguros de vida bastante importante, o risco de mortalidade, não tendo este um impacto significativo ao nível da carteira atual. No entanto, o risco de mortalidade pode tornar-se significativo se se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como acidentes industriais ou ataques terroristas. O risco de mortalidade é mitigado através da política de subscrição e da revisão regular das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de proteção da retenção.

De acordo com a atual regulamentação, as provisões para seguros de vida são calculadas de acordo com os pressupostos atuariais definidos em cada apólice.

Os principais pressupostos atuariais usados no cálculo do valor das reservas matemáticas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Pensões remíveis	Pensões não remíveis
Tabela de mortalidade	TD 88/90	35% TV 88/90 65% TV 73/77
Taxa de desconto	5,25%	3,5%
Comissões de gestão	2,4%	4,0%

Relativamente a Acidentes de Trabalho, a análise da adequação das responsabilidades só se aplica às pensões não remíveis. Os pressupostos tomados em consideração são iguais aos referidos supra, sendo que a taxa de desconto corresponde à taxa de juro sem risco.

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

De acordo com a atual regulamentação, as provisões para seguros de vida são calculadas de acordo com os pressupostos atuariais definidos em cada apólice.

Para a Millenniumbcp Ageas os pressupostos são os seguintes:

	Tabela de Mortalidade	Taxa Técnica
Risco	PM 60/64 or GKM 80	3% or 4%
Rendas*	TV 73/77, GKF 80, GKF 95	2,75%, 3%, 3,5%
Produtos financeiros com participação nos resultados	PF 60/64 or GKF 80	0%, 2%, 2,4%, 3%, 3,25% or 4%

(\*) A reserva matemática de cada apólice em vigor não poderá ser inferior ao montante calculado com base na tábua de mortalidade TV 73/77 e na taxa técnica de 3,5%.

Em 31 dezembro de 2013 e de 2012, para efeitos de análise da adequação das responsabilidades, os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica das carteiras. Os cash flows futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados com base na curva de taxas de juro sem risco. Os pressupostos de mortalidade usados foram os seguintes:

	2013		2012	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Vida Risco				
Vida Ativa	70% GKM95	70% GKF95	70% GKM95	70% GKF95
Crédito Habitação	50% GKM95	47,5% GKF95	50% GKM95	47,5% GKF95
Crédito Pessoal	50% GKM95	45% GKF95	50% GKM95	45% GKF95
Rendas Vitalícias	100% PERM2000C	100% PERF2000C	100% PERM2000C	100% PERF2000C
Capitalização e PPR's	40% GKM95	45% GKF95	40% GKM95	40% GKF95

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas à ocorrência de taxas de invalidez superiores às esperadas e pode ser mais relevante na carteira de seguros de vida risco.

A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação são influenciadas por vários fatores tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços da medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos preços, provisões e política de subscrição, sempre que tal se justifique. A Millenniumbcp Ageas também mitiga o risco de invalidez através da adoção de questionários médicos adequados e de uma cobertura apropriada de resseguro.

A Millenniumbcp Ageas executa com regularidade análises de sensibilidade do justo valor das responsabilidades de seguros. O justo valor das responsabilidades é determinado como o valor atual líquido dos fluxos futuros, considerando para o efeito o valor das opções embutidas, nomeadamente a distribuição de participação nos resultados. A valorização é realizada com base em princípios de mercado, i.e., os fluxos resultantes dos contratos de seguro são descontados à taxa de juro sem risco, enquanto os fluxos adicionais, como por exemplo a participação nos resultados, são valorizados com base em princípios de risco neutros.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de fatores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos ativos e das responsabilidades:

#### VIDA [EUR]

Análises de Sensibilidade	Impacto no Justo Valor em 31.12.2013	Impacto no Justo Valor em 31.12.2012
Taxas de juro sem risco +100bp	13.997.895	28.493.744
Taxas de juro sem risco -100bp	(35.766.833)	(55.021.179)
Imobiliário e ações -10%	(23.449.822)	(25.912.935)
Despesas gerais -10%	11.460.913	12.129.076
Taxas de Mortalidade -5%	8.149.541	8.698.677
Taxas de anulação/resgate -10%	15.628.230	15.968.503

#### Riscos Específicos de Responsabilidade de Seguros Não Vida e de Saúde

O Risco Específico de Responsabilidade de Seguros Não Vida reflete o risco decorrente das obrigações de seguro Não Vida, em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros.

O Risco Específico de Seguros Não Vida pode surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Automóvel, Incêndio e Multiriscos, Responsabilidade Civil, Acidentes de Trabalho e outras linhas de negócio.

O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um fator importante a ter em conta no processo de análise da volatilidade/severidade dos respetivos custos. Os sinistros de curto prazo (i.e., sinistros com prazo de regularização curto), tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multiriscos, em geral são comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros, tais como os relativos a danos corporais, pode levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais difíceis de obter bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de longo prazo é mais difícil e obriga a um trabalho mais pormenorizado, resultando numa maior incerteza quanto às estimativas dos pagamentos futuros. No ramo de Acidentes de Trabalho, nos casos em que, decorrente de um sinistro surja uma incapacidade permanente ou morte, a Seguradora é responsável pelo pagamento de uma pensão vitalícia. Neste caso, o principal risco associado é o risco de longevidade de natureza semelhante aos seguros de vida.

As provisões para sinistros dos seguros não vida são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para os sinistros já declarados mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, a Millenniumbcp Ageas constitui provisões por sinistro, cobertura e tipo de dano, tomando em linha de conta as projeções dos pagamentos não descontados e também a estimativa dos sinistros ainda não declarados. É ainda considerado o custo da inflação futura.

Os riscos relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido.

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

Mensalmente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política do Grupo Ageas e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado, as políticas de subscrição e tarificação são revistas.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

**TRIÂNGULO DE DESENVOLVIMENTO DAS PROVISÕES PARA SINISTROS – RAMOS NÃO VIDA** [EUR]

Posição balanço no fecho do ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício	59.961.862	61.885.453	63.824.579	70.184.162	74.406.671	78.628.226	78.089.708	81.741.939
<i>Pagamentos acumulados a:</i>								
Um ano de desenvolvimento	21.763.715	20.603.878	26.212.709	34.129.809	32.068.910	35.727.056	31.200.616	
Dois anos de desenvolvimento	24.404.684	26.243.302	33.145.210	41.448.744	38.527.958	40.412.517		
Três anos de desenvolvimento	27.235.730	31.052.408	36.871.536	45.013.046	41.366.513			
Quatro anos de desenvolvimento	30.078.011	34.211.856	39.361.682	46.961.354				
Cinco anos de desenvolvimento	32.453.105	38.716.340	40.564.543					
Seis anos de desenvolvimento	36.512.397	37.705.548						
Sete anos de desenvolvimento	35.442.925							
<i>Reservas reavaliadas a:</i>								
Um ano de desenvolvimento	54.685.321	52.871.836	58.658.157	70.412.088	65.179.098	66.628.765	62.067.709	
Dois anos de desenvolvimento	51.217.276	53.022.951	59.938.850	66.506.977	61.822.175	63.648.636		
Três anos de desenvolvimento	49.511.959	54.068.029	56.852.726	62.898.759	60.137.207			
Quatro anos de desenvolvimento	46.541.525	51.117.267	54.022.251	61.955.879				
Cinco anos de desenvolvimento	44.408.121	51.151.708	53.219.522					
Seis anos de desenvolvimento	45.269.328	48.262.130						
Sete anos de desenvolvimento	42.562.847							
(In)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:								
Valor nominal (d)	17.399.015	13.623.323	10.605.057	8.228.283	14.269.464	14.979.591	16.021.999	
Percentagem	29,0%	22,0%	16,6%	11,7%	19,2%	19,1%	20,5%	

**RECONCILIAÇÃO ENTRE AS RESERVAS APRESENTADAS NO TRIÂNGULO E AS RESERVAS CONSTANTES NO BALANÇO** [EUR]

	31/12/12	31/12/13
Provisões para sinistros no final do exercício (a)	78.089.708	81.741.939
Provisões para sinistros a valores atualizados – Provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho (b)	17.674.815	16.631.564
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	2.186.663	2.358.357
<b>Total provisões para sinistros Não Vida</b>	<b>97.951.186</b>	<b>100.731.857</b>

Para mitigar este risco, o Grupo recorre a critérios de seleção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e., resseguro.

A Millenniumbcp Ageas contribui para a diversificação do negócio não vida (quer em termos de produtos quer em termos geográficos) do Grupo Ageas reduzindo o seu risco a nível global.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

	Não Vida		Acidentes e Doença		Automóvel		Incêndio		Outros	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Rácio Sinistros	62,7%	62,2%	66,4%	67,1%	76,7%	73,8%	51,5%	46,3%	7,2%	16,2%
Rácio Despesas	23,7%	24,3%	22,5%	23,2%	26,7%	26,9%	27,1%	28,0%	20,0%	22,3%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	86,4%	86,5%	88,9%	90,3%	103,4%	100,7%	78,7%	74,3%	27,1%	38,4%

A Millenniumbcp Ageas executa com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos:

#### NÃO VIDA (EUR)

Análises de sensibilidade	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2013	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2012
Custos de exploração – 10%	6.882.269	6.985.012
Custos com sinistros + 5%	(6.858.799)	(6.612.577)

## Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na eficácia e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a todo o Grupo.

O risco operacional na Millenniumbcp Ageas é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional no Grupo. Além disso, a Millenniumbcp Ageas adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no comité de risco mantendo a atenção e focalizando nos processos do Grupo através do desenho dos processo de controlo interno, levando a uma mudança global da gestão de risco.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Millenniumbcp Ageas, a gestão do risco operacional foi definida como componente principal da estrutura (ERM) do Grupo.

Em particular, engloba processos de todo o Grupo, tais como:

- › Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro do Grupo sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). Uma vez que a infraestrutura está ainda no seu estado inicial de desenvolvimento, há um compromisso por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- › *Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco do Grupo, a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pelo Grupo;
- › Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para o Grupo e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvaguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- › Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Millenniumbcp Ageas;
- › Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano;
- › Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “*Bottom-up*”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, o Grupo:
  - Identifica e documenta todos os processos transversais a todo o Grupo, mantendo-os atualizados;
  - Identifica e avalia os principais riscos associados aos processos;
  - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;

- Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
- Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controles.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Millenniumbcp Ageas.

Adicionalmente, este regulamento define as funções e as responsabilidades dos Comitês e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre. Este regulamento define a interação entre o Grupo Ageas e a Millenniumbcp Ageas relativamente a risco operacional e descreve requisitos de informação.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Vida e Não Vida é a seguinte:

<b>LINHA DE NEGÓCIO NÃO VIDA 2013</b> [EUR]	<b>Prémios brutos emitidos</b>	<b>Prémios brutos adquiridos</b>	<b>Custos sinistros brutos</b>	<b>Custos exploração brutos</b>	<b>Saldo resseguro</b>
<b>Seguro directo</b>					
Acidentes e doença	161.772.148	159.597.954	102.173.482	27.333.285	(26.304.947)
Incêndio e outros danos	44.969.912	44.680.636	23.009.119	12.009.468	(8.208.706)
Automóvel	23.651.232	22.134.583	16.973.189	5.715.776	(692.117)
Responsabilidade civil	14.673.329	13.541.889	9.878.060	2.269.138	(202.988)
Outras coberturas	8.977.903	8.592.694	7.095.129	3.446.638	(489.129)
Marítimo, aéreo e transportes	39.157	40.983	34.073	22.076	(2.521)
Responsabilidade civil geral	2.560.904	2.526.619	247.098	572.443	(1.354.893)
Crédito e caução	5.111	5.303	(21.841)	3.259	–
Protecção jurídica	368.576	360.568	–	40.010	(127.057)
Assistência	3.609.955	3.407.315	(252.151)	404.531	(2.091.930)
Diversos	684.178	674.747	255.876	127.300	(84.830)
<b>Total não vida</b>	<b>238.609.699</b>	<b>234.335.823</b>	<b>142.724.432</b>	<b>46.678.989</b>	<b>(39.175.237)</b>
<b>Resseguro aceite</b>	<b>12.315.907</b>	<b>12.175.128</b>	<b>11.838.110</b>	<b>11.167.678</b>	<b>20.477.278</b>
<b>Total</b>	<b>250.925.606</b>	<b>246.510.951</b>	<b>154.562.542</b>	<b>57.846.667</b>	<b>(18.697.959)</b>

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

<b>LINHA DE NEGÓCIO NÃO VIDA</b> <b>2012</b> [EUR]	<b>Prémios brutos emitidos</b>	<b>Prémios brutos adquiridos</b>	<b>Custos sinistros brutos</b>	<b>Custos exploração brutos</b>	<b>Saldo resseguro</b>
<b>Seguro directo</b>					
Acidentes e doença	155.979.101	158.848.552	102.425.177	28.871.122	(28.174.073)
Incêndio e outros danos	44.503.584	44.031.312	20.453.781	12.226.912	(6.992.997)
<b>Automóvel</b>					
Responsabilidade civil	12.340.714	11.894.073	7.683.102	2.132.647	211.248
Outras coberturas	8.189.459	8.272.862	7.190.282	3.278.278	(352.253)
Marítimo, aéreo e transportes	961.986	792.289	184.484	516.270	(259.165)
Responsabilidade civil geral	2.587.716	3.282.309	688.653	725.141	(1.764.406)
Crédito e caução	5.146	5.123	19.225	10.867	—
Protecção jurídica	376.646	385.974	—	42.930	(67.130)
Assistência	2.642.342	2.913.328	235.751	305.234	(1.837.180)
Diversos	783.499	799.381	192.742	198.234	(166.509)
<b>Total não vida</b>	<b>228.370.192</b>	<b>231.225.203</b>	<b>139.073.195</b>	<b>48.307.635</b>	<b>(39.402.465)</b>
<b>Resseguro aceite</b>	<b>11.875.385</b>	<b>11.912.086</b>	<b>12.090.116</b>	<b>11.021.074</b>	<b>21.376.318</b>
<b>Total</b>	<b>240.245.577</b>	<b>243.137.289</b>	<b>151.163.311</b>	<b>59.328.709</b>	<b>(18.026.147)</b>

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Vida e Não Vida é a seguinte:

<b>LINHA DE NEGÓCIO NÃO VIDA</b> <b>2013</b> [EUR]	<b>Montantes pagos – prestações (1)</b>	<b>Montantes pagos – custos gestão sinistros imputados (2)</b>	<b>Variação da provisão para sinistros (3)</b>	<b>Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)</b>
<b>Seguro directo</b>				
Acidentes e doença	99.283.837	1.822.186	1.067.460	102.173.482
Incêndio e outros danos	21.384.380	1.566.577	58.162	23.009.119
<b>Automóvel</b>				
Responsabilidade civil	7.525.466	1.058.678	1.293.916	9.878.060
Outras coberturas	5.779.689	1.005.347	310.094	7.095.129
Marítimo, aéreo e transportes	345.717	42.917	(48.975)	339.659
Responsabilidade civil geral	580.842	82.181	(415.925)	247.098
Crédito e caução	162	9.485	(31.488)	(21.841)
Protecção jurídica	—	—	—	—
Assistência	(999.725)	14.379	733.196	(252.151)
Diversos	177.206	66.103	12.567	255.876
<b>Total não vida</b>	<b>134.077.574</b>	<b>5.667.851</b>	<b>2.979.006</b>	<b>142.724.432</b>
<b>Resseguro aceite</b>	<b>7.659.229</b>	<b>3.795.044</b>	<b>383.837</b>	<b>11.838.110</b>
<b>Total</b>	<b>141.736.803</b>	<b>9.462.895</b>	<b>3.362.843</b>	<b>154.562.542</b>



<b>LINHA DE NEGÓCIO NÃO VIDA</b> <b>2012</b> [EUR]	<b>Montantes pagos – prestações</b> <b>(1)</b>	<b>Montantes pagos – custos gestão sinistros imputados</b> <b>(2)</b>	<b>Variação da provisão para sinistros</b> <b>(3)</b>	<b>Custos com sinistros</b> <b>(4)=(1)+(2)+(3)</b>
<b>Seguro directo</b>				
Acidentes e doença	99.400.370	1.908.827	1.115.980	102.425.177
Incêndio e outros danos	16.300.672	1.497.833	2.655.276	20.453.781
<b>Automóvel</b>				
Responsabilidade civil	8.851.432	1.097.301	(2.265.631)	7.683.102
Outras coberturas	5.408.151	1.056.155	725.976	7.190.282
Marítimo, aéreo e transportes	153.950	39.675	(9.142)	184.484
Responsabilidade civil geral	630.982	77.529	(19.858)	688.653
Crédito e caução	12.178	8.126	(1.079)	19.225
Protecção jurídica	—	—	—	—
Assistência	(158.994)	13.454	381.292	235.751
Diversos	496.376	73.581	(377.215)	192.742
<b>Total não vida</b>	<b>131.095.116</b>	<b>5.772.482</b>	<b>2.205.598</b>	<b>139.073.195</b>
<b>Resseguro aceite</b>	<b>7.720.671</b>	<b>4.097.010</b>	<b>272.434</b>	<b>12.090.116</b>
<b>Total</b>	<b>138.815.788</b>	<b>9.869.492</b>	<b>2.478.032</b>	<b>151.163.311</b>

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Vida e Não Vida é a seguinte:

<b>LINHA DE NEGÓCIO 2013</b> [EUR]	<b>Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2012</b> <b>(1)</b>	<b>Montantes pagos</b> <b>(2)</b>	<b>Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2013 em relação a 2012</b> <b>(3)</b>	<b>Reajustamentos</b> <b>(3)+(2)-(1)</b>
<b>Vida</b>	<b>35.899.587</b>	<b>37.598.305</b>	<b>17.484.090</b>	<b>19.182.808</b>
<b>Não Vida</b>				
Acidentes e doença	56.270.590	23.434.200	24.144.716	(8.691.675)
Incêndio e outros danos	13.885.899	4.906.614	5.038.066	(3.941.219)
<b>Automóvel</b>				
Responsabilidade civil	18.654.740	2.464.027	13.392.157	(2.798.555)
Outras coberturas	2.278.345	968.733	854.081	(455.531)
Marítimo, aéreo e transportes	248.684	58.843	155.034	(34.808)
Responsabilidade civil geral	4.792.240	285.842	3.438.312	(1.068.085)
Crédito e caução	32.892	793	976	(31.123)
Protecção jurídica	—	—	—	—
Assistência	8.643	(4.407.215)	2.803	(4.413.055)
Diversos	1.779.155	48.175	1.676.798	(54.181)
<b>Total não vida</b>	<b>97.951.187</b>	<b>27.760.011</b>	<b>48.702.943</b>	<b>(21.488.233)</b>
<b>Total</b>	<b>133.850.774</b>	<b>65.358.316</b>	<b>66.187.033</b>	<b>(2.305.424)</b>

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

<b>LINHA DE NEGÓCIO 2012</b> [EUR]	<b>Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2011 (1)</b>	<b>Montantes pagos (2)</b>	<b>Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2012 em relação a 2011 (3)</b>	<b>Reajustamentos (3)+(2)-(1)</b>
<b>Vida</b>	<b>56.089.209</b>	<b>53.041.576</b>	<b>14.809.480</b>	<b>11.761.847</b>
<b>Não Vida</b>				
Acidentes e doença	54.739.832	25.910.665	28.540.038	(289.133)
Incêndio e outros danos	11.312.876	5.121.457	4.968.688	(1.222.731)
<b>Automóvel</b>				
Responsabilidade civil	21.082.256	4.321.586	12.999.698	(3.760.972)
Outras coberturas	1.919.886	1.099.190	335.002	(485.693)
Marítimo, aéreo e transportes	246.337	21.810	162.215	(62.312)
Responsabilidade civil geral	4.812.271	411.785	3.705.108	(695.379)
Crédito e caução	33.971	13.125	32.646	11.799
Protecção jurídica	—	—	—	—
Assistência	57.657	(3.891.293)	2.583	(3.946.367)
Diversos	2.161.535	376.235	1.695.431	(89.868)
<b>Total não vida</b>	<b>96.366.622</b>	<b>33.384.559</b>	<b>52.441.408</b>	<b>(10.540.655)</b>
<b>Total</b>	<b>152.455.831</b>	<b>86.426.134</b>	<b>67.250.888</b>	<b>1.221.192</b>

## Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar n.º 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2013.

A Millenniumbcp Ageas faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a margem de solvência do Grupo é analisada como se segue:

<b>RÚBRICA</b> [EUR]	<b>31 dezembro 2013</b>	<b>31 dezembro 2012</b>
Capital	1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas Legal e de Reavaliação	(74.236.485)	(133.895.922)
Resultados Transitados	434.543.043	381.221.043
Resultado Líquido do Exercício	82.895.627	94.181.064
Distribuição de Resultados do Exercício	(65.000.000)	(40.000.000)
<b>Total Situação Líquida (1)</b>	<b>1.378.204.560</b>	<b>1.301.508.560</b>
Activos Intangíveis	(433.290.726)	(453.278.880)
Ajuste Pensões Reforma	—	—
Lucros Futuros Vida	—	—
<b>Total (2)</b>	<b>(433.290.726)</b>	<b>(453.278.880)</b>
<b>Margem de Solvência Disponível (1) + (2)</b>	<b>944.913.834</b>	<b>848.229.680</b>
<b>Margem de Solvência Exigida</b>	<b>298.349.645</b>	<b>310.163.531</b>
<b>Excesso / Insuficiência</b>	<b>646.564.189</b>	<b>538.066.149</b>
<b>Rácio Solvência</b>	<b>317%</b>	<b>273%</b>

## Nota 39 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e refletem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos do Grupo são os seguintes:

### Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

### Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### Investimentos a deter até à maturidade

Estes ativos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado, líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, quando disponíveis. No caso de estas não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

## Nota 40 – Passivos contingentes e compromissos

### Passivos contingentes

As Companhias do Grupo estão envolvidas em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pelas Companhias e contra as mesmas, as quais estão relacionadas com o decurso normal da sua atividade enquanto empresas de seguros, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é remota.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2013 o total de garantias bancárias era de Euros 145.000 (2012: Euros 197.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

### Compromissos

As Companhias do Grupo possuem diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

EUR	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de <i>leasing</i>	176.664	506.339	862.472	1.545.475

## Nota 41 – Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

As demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas são analisadas como segue:

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</b> [EUR]	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Dividendos	240.500.000	4.500.000
Juros e outros proveitos similares	1.266.066	4.143.244
Total de proveitos	241.766.066	8.643.244
Total de custos	(634.860)	(1.235.848)
Resultado líquido do exercício	<b>241.131.206</b>	<b>7.407.396</b>

<b>BALANÇO</b> [EUR]	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Investimentos em subsidiárias	999.953.125	999.953.125
Outros investimentos	145.115.346	—
Outros ativos	184.382.972	108.687.701
Total de ativos	1.329.451.443	1.108.640.826
Capitais próprios	1.309.255.145	1.108.153.266
Outros passivos	20.196.298	487.560
Total capitais próprios e passivos	<b>1.329.451.443</b>	<b>1.108.640.826</b>

## Nota 42 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout* é apresentada em seguida:

### ATRAVÉS DE INVESTIMENTO DIRETO

<b>EMITENTE / CARTEIRA</b> [EUR]	<b>2013</b>					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Nível 1	1.021.377.193	1.021.377.193	(2.967.083)	4,0%	5,1	L1
Ativos financeiros detidos ao justo valor	781.466.483	781.466.483	19.025.804	4,2%	6,2	L1
Ativos financeiros detidos até à maturidade	485.000.743	571.416.509	—	4,1%	5,9	L1
<b>Total</b>	<b>2.287.844.419</b>	<b>2.374.260.185</b>	<b>16.058.721</b>	<b>4,1%</b>	<b>5,7</b>	

### INDIRECTAMENTE, ATRAVÉS DE PRODUTOS ESTRUTURADOS

<b>EMITENTE / CARTEIRA</b> [EUR]	<b>2013</b>					
	Valor contabilístico	Justo valor	Ganhos/Perdas	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros detidos ao justo valor	131.439.341	131.439.341	5.752.392	4,6%	4,9	L2
<b>Total</b>	<b>131.439.341</b>	<b>131.439.341</b>	<b>5.752.392</b>	<b>4,6%</b>	<b>4,9</b>	

**ATRAVÉS DE INVESTIMENTO DIRETO**

EMITENTE / CARTEIRA (EUR)	2012					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Nível 1	693.032.669	693.032.669	(19.390.027)	3,7%	4,0	L1
Nível 2	7.264.205	7.264.205	(2.868.956)	5,3%	4,7	L2
Ativos financeiros detidos ao justo valor	261.124.937	261.124.937	41.014.137	4,6%	5,8	L1
Ativos financeiros detidos até à maturidade	527.493.676	617.147.038	–	4,2%	6,3	L1
<b>Total</b>	<b>1.488.915.487</b>	<b>1.578.568.849</b>	<b>18.755.154</b>	<b>4,1%</b>	<b>5,2</b>	

**INDIRECTAMENTE, ATRAVÉS DE PRODUTOS ESTRUTURADOS**

EMITENTE / CARTEIRA (EUR)	2012					
	Valor contabilístico	Justo valor	Ganhos/Perdas	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros detidos ao justo valor	130.182.295	130.182.295	–	4,6%	5,9	L2
<b>Total</b>	<b>130.182.295</b>	<b>130.182.295</b>	<b>–</b>	<b>4,6%</b>	<b>5,9</b>	

**Nota 43 – Normas contabilísticas recentemente emitidas**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

**IAS 19 (Alterada) – Benefícios dos empregados**

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 – Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da IAS 19 (2011), o Grupo alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido, bem como ao reconhecimento dos desvios atuariais.

Ao abrigo da IAS 19 (2011), o Grupo:

- a) Determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (ativo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (ativo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (ativo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos ativos do plano; e (iii) O juro do efeito do teto (ceiling) do ativo.

- b) Procede ao reconhecimento dos desvios atuariais no Outro Rendimento Integral (OCI).

### **Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, o Grupo modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

### **IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

O Grupo não teve impacto na adoção destas alterações.

### **Melhoramentos às IFRS (2009-2011)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012, e adotados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de Março, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013, às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

#### **IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

#### **IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis**

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas**IAS 32 – Instrumentos Financeiros e IFRIC 2**

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

**IAS 34 – Reporte Financeiro Intercalar**

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

**IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, o Grupo adotou a nova definição de justo valor prospectivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos ativos e passivos do Grupo, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exata medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, o Grupo proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.

**IFRIC 20 – Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto**

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu, em 19 de Outubro de 2011, a “IFRIC 20 – Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta Interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Dada a natureza das operações do Grupo, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.



O Grupo decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

### **IAS 32 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

O Grupo não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

### **IAS 27 (Alterada) – Demonstrações Financeiras Separadas**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

O Grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas**IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitem da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, sejam ou não consolidadas.

O Grupo está a avaliar a introdução desta alteração, no entanto não antecipa qualquer impacto significativo.

**IFRS 11 – Acordos Conjuntos**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

O Grupo está a avaliar a introdução desta alteração, no entanto não antecipa qualquer impacto significativo.

### **IAS 28 (Alterada) – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

O Grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

### **IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O Grupo está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11.

### **Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)**

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

poderão incluir organizações de private equity, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações em simultâneo com a adoção dos restantes critérios da IFRS 10. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

O Grupo está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

### **IAS 36 (Alterada) – Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros**

O IASB emitiu, em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

### **IAS 39 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura**

O IASB emitiu, em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (“clearing counterparty”) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Grupo:

### **IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados**

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

### **IFRIC 21 – Taxas**

O IASB emitiu, em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre. Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

### **Melhoramentos às IFRS (2010-2012)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012 emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

#### ***IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“vesting”)***

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (“vesting”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas**IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais**

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

**IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa**

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

**IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo**

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

**IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada**

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

**IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão**

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

**Melhoramentos às IFRS (2011-2013)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações com data efetiva de aplicação para

períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

#### **IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”**

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

#### **IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures**

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

#### **IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios**

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupo de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplicam-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

#### **IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio**

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

### **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)**

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina



## 02

Notas explicativas  
às demonstrações  
financeiras  
consolidadas

as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

O Grupo iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades do Grupo, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.



**RELATÓRIO  
E PARECER  
DO CONSELHO  
FISCAL**

## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Excelentíssimos Acionistas da  
**Millenniumbcp Ageas - Grupo Segurador, SGPS, S.A.**

De acordo com as disposições legais, cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Millenniumbcp Ageas - Grupo Segurador, SGPS, S.A., apresentar o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e demais elementos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

No Relatório e Parecer agora apresentado, o Conselho Fiscal engloba os resultados da análise e verificação a que procedeu às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que traduzem a agregação da atividade anual do conjunto que compõe o universo da Millenniumbcp Ageas - Grupo Segurador, SGPS, S.A.

O Conselho Fiscal, através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, acompanhou a atividade da Sociedade e da gestão de negócio e procedeu à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício de 2013, efetuando as análises julgadas convenientes.

Após o encerramento das contas, apreciámos os documentos de prestação de contas, nomeadamente o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio e as correspondentes notas explicativas.

O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e obteve desta, igualmente, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

O Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, explicita a forma como se processou a evolução dos negócios em ambiente de crise e recessão. Refere os principais acontecimentos que, no decorrer do exercício, caracterizaram o conjunto das atividades do Grupo nos ramos de seguros e da gestão de fundos de pensões, situação que globalmente lhe continuam a conferir posição de relevo no conjunto das seguradoras e a manutenção da liderança no mercado dos fundos de pensões.



Para o Conselho Fiscal, tendo presente, que em 2013, o setor segurador registou um crescimento significativo, de cerca de 20% face ao ano anterior, fortemente influenciado pela retoma do ramo Vida e com inversão da tendência dos dois últimos anos, devem ser evidenciados os seguintes indicadores:

i) Na perspetiva do posicionamento do Grupo no mercado específico em que opera:

- reforçou a sua posição no mercado segurador nacional como o terceiro maior grupo segurador, atingindo no final de 2013, em termos de volume de prémios de seguro direto, uma quota de mercado global de 13,2% (9,1 % em 2012), com uma quota nos ramos Vida de 16,1% (11% em 2012) e uma quota de 6,2% nos ramos Não Vida (5,7% em 2012);
- a manutenção da posição de liderança na área dos Fundos de Pensões, representando uma quota de mercado de 29,2% e um volume de ativos sob gestão de 4 366 milhões de euros, comparável com 4 190 milhões de euros do ano anterior.

ii) Em termos de produção consolidada, a Millenniumbcp Ageas - Grupo Segurador, SGPS, S.A., registou:

- um crescimento de produção acima do mercado nacional, quer nos ramos Vida quer nos ramos Não Vida;
- um volume de prémios de seguro direto e de contratos de investimento de 1 725 milhões de euros, o que representa um crescimento de 74 % face a 2012 (991 milhões de euros);
- um crescimento, relativamente ao ano anterior, de 94,8% nos ramos Vida e 4,5% nos ramos Não Vida, devendo salientar-se que a evolução do mercado segurador nacional registou um crescimento de 33,5 % nos ramos Vida e um decréscimo de 3,2% nos ramos Não Vida;
- uma margem técnica consolidada, antes de imputação de custos administrativos, de 214 milhões de euros, com decréscimo de 5% face ao ano anterior, tendo sido penalizada pelo impacto negativo de fatores não correntes relacionados com a evolução desfavorável dos mercados financeiros, que levaram ao registo de imparidades na ordem dos 17 milhões de euros nos ramos Vida.

iii) No que se refere à estrutura de capitais e resultados apresentou:

- um rácio de solvência de 317%, em termos consolidados e após distribuição de resultados de 65 milhões de euros, largamente acima do limite mínimo exigido pelo Instituto de Seguros de Portugal;



- um resultado líquido consolidado de 83 milhões de euros, o que comparara desfavoravelmente com os 94 milhões de euros registados em 2012; de referir que o resultado obtido em 2013 foi penalizado por um conjunto de fatores não recorrentes relacionados com a evolução dos mercados financeiros, que obrigaram ao registo de imparidades cujo impacto no resultado líquido foi de 13 milhões de euros (valor líquido de impostos).

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, concluindo que:

- i) As Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) O Relatório de Gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:

- i) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
- ii) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.


Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida do Conselho de Administração e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 17 de março de 2014

**O CONSELHO FISCAL**

  
Virgílio Luis de Sousa Repolho  
(Presidente)

  
José Rodrigues de Jesus  
(Vogal)

  
Belmira Abreu Cabral  
(Vogal Suplente)

**RELATÓRIO  
DO REVISOR  
OFICIAL  
DE CONTAS**





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: [www.kpmg.pt](http://www.kpmg.pt)

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS**

### **Introdução**

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 11.824.292.540 euros, e um total de capital próprio de 1.443.204.559 euros, incluindo um resultado líquido de 82.895.627 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### **Responsabilidades**

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, os fluxos de caixa consolidados e as alterações nos seus capitais próprios consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

### **Âmbito**

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas;
  - a verificação das operações de consolidação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, os fluxos de caixa consolidados e as alterações nos capitais próprios consolidados referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 14 de Março de 2014



**KPMG & Associados,**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Maria Inês Rebelo Filipe (ROC n.º 1445)

**MILLENNIUMBCP AGEAS**

Tagus Park – Edifício 10  
2744-005 Porto Salvo  
Portugal  
T: 21 004 24 90  
F: 21 006 68 65